

Filozofski fakultet Sveučilišta u Zagrebu

Odsjek za romanistiku

Katedra za portugalski jezik i književnost

O Marquês de Pombal – uma figura histórica

Markiz od Pombala – povijesna ličnost

Diplomski rad

Mentor: mr. sc. Želimir Brala

Studentica: Nika Matković Mikulčić

Zagreb, rujan 2014.

Índice

1. Resumo	4
2. Introdução.....	5
3. Os primeiros anos da vida	7
4. As missões diplomáticas – estreia na vida pública	8
4.1. Londres	8
4.2. Viena	10
4.3. O regresso a Lisboa.....	12
5. A sociedade portuguesa e a política económica do século XVIII	15
6. Pombal e os jesuítas	19
6.1. A extinção da Companhia.....	20
6.2. Os oratorianos	21
7. Pombal e a nobreza	22
8. O governo pombalino no Brasil.....	25
8.1. O Brasil – a colónia de riquezas enormes	25
8.2. Os jesuítas no Brasil	26
8.3. A cultura brasileira	28
8.4. A reforma urbana da Amazónia.....	29
9. O terramoto de 1755.....	32
9.1. A nova capital "pombalina"	33
10. Pombal e a educação	34
10.1. As reformas do ensino secundário	34
10.2. Como foi reformada a Universidade de Coimbra	37
11. A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro	39
12. A cultura na época pombalina	42
12.1. O teatro	42
12.2. A música sacra	44
13. A reconstrução da capital	47
13.1. A vida quotidiana no período da modernidade.....	47
13.2. O Palácio dos Carvalhos outrora e hoje	48
13.3. Passeando pela cidade de Lisboa	49
13.4. Um lugar de lembranças.....	50
14. O fim da vida	52
15. A conclusão	55
16. Bibliografia.....	58
16.1. Livros:	58
16.2. Artigos:.....	58
16.3. Fontes eletrónicas.....	59

1. Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a vida de uma figura carismática na história de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, secretário de Estado do Reino, no reinado de D. José I, mais conhecido sob o título do Marquês de Pombal. O mais destacado estadista do século XVIII, esteve no poder durante quase três décadas. Déspota esclarecido, tirano progressista, ditador sanguinário, são algumas de inúmeras descrições desse estadista invulgar e dos seus modos de governar. A sua influência é visível ainda hoje no campo económico, cultural, social e militar de Portugal. Durante o seu governo contribuiu para algumas mudanças radicais na sociedade portuguesa, sobretudo em relação à Companhia de Jesus e à nobreza, bem como aos outros assuntos relacionados com a colónia do Brasil.

Este trabalho pretende investigar a ação desse precursor do Portugal moderno, o Marquês de Pombal, conde de Oeiras, uma das figuras do Iluminismo português que criou tantas controversas, para poder esclarecer a razão pela qual era, e ainda continua a ser a personagem que ao mesmo tempo suscita admiração para uns e repugnância para outros.

Palavras-chave: o Marquês de Pombal, déspota esclarecido, missão diplomática, jesuítas, poder régio, Brasil, terramoto, reconstrução, reformas

2. Introdução

A tarefa de investigar a vida duma personagem histórica é sempre um trabalho árduo em que é preciso indagar vários aspetos da vida, para poder formar um juízo e para poder oferecer uma imagem imparcial aos leitores, o que é de facto o objetivo desta tese de mestrado. Quando se trata do Marquês de Pombal, um só aspeto da sua atividade multifacetada ofereceria o material suficiente para a elaboração de uma tese à parte. Tal foi o seu modo invulgar de agir, tal foi a vastidão de funções que assumiu.

Partindo da convicção de que se trata de um dos maiores estadistas da história de Portugal, o foco principal foi dado a todas as áreas de modo quase igual. A obra de Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal e a sua época*, tem sido do principal apoio no processo da elaboração desta tese. O autor nesse livro apresenta os assuntos de uma maneira imparcial, balançando entre vasta documentação. Escrevendo a presente tese, foi evidente que numerosos autores, cujas obras foram consultadas, não optaram pró ou contra esta figura emblemática da história de Portugal.

Após algumas breves referências à vida de Carvalho, serão apresentadas as etapas mais importantes da sua vida.

A sua rica carreira começa apenas com as missões diplomáticas. Apesar de se iniciar relativamente tarde a sua atuação na vida pública, tornou-se um estadista ímpar e controverso. O impacto de seus atos era enorme e, em palavras de J. Lúcio de Azevedo,

quis a golpes de tagante despertar a sua nação para a vida nova, que o fermentar das ideias, a meio do século XVIII, deixava obscuramente entrever (Azevedo 2009: 7).

Os capítulos posteriores darão a conhecer alguns aspetos relativos às lutas com os jesuítas, e à questão do Brasil, abordando, depois, o terramoto e a história da reconstrução de Lisboa. O acontecimento do atentado contra o rei e a posterior execução dos Távoras merecem absolutamente uma atenção particular. A marca que o urbanismo setecentista estimulado por Pombal deixou na cidade persiste até hoje. Em seguida serão tratadas as reformas da Universidade e da agricultura. Um capítulo será dedicado à cultura e o seguinte ao aspeto atual da capital portuguesa. Antes de apresentar as considerações finais, em breve será descrito o período final da sua vida.

Detestado por muitos, admirado por outros, continua a ser uma inspiração para vários investigadores e historiadores como parte integrante da nação portuguesa. A personalidade do Marquês e o seu governo controverso permanecem motivo de polémica até hoje. Conforme Azevedo (ibidem),

[...] sempre imbuído da rotina que pensava repudiar, foi seu principal esforço consolidar o poder régio, rematando o abaixamento já secular da nobreza, e, até onde foi possível, emancipando a autoridade civil da tutela romana [...]

Neste trabalho é feito um panorama sobre a vida de Pombal com a intenção de responder à pergunta como é que esta personagem, no fim, é percebida pela nação portuguesa e qual tem sido o valor da sua governação nesse país. A pesquisa para a tese foi feita através de numerosos livros históricos e artigos científicos. O interesse pelo assunto crescia cada vez mais ao analisar várias peças das bibliografias portuguesa e brasileira, abrindo constantemente novos caminhos na perceção do governo pombalino. Este trabalho apresenta apenas um resumo de uma vastidão de documentos e factos que compõem um quadro muito diversificado daquilo que pode ser considerado o seu governo, ou seja a época pombalina.

3. Os primeiros anos da vida

Quase tudo se ignora sobre a vida de Sebastião José de Carvalho e Melo no período anterior à sua carreira política. Nasceu em 13 de maio de 1699 em Lisboa, numa família de fidalgos de médias posses. De acordo com Azevedo (ibidem: 10) o seu pai, Manuel de Carvalho e Ataíde, foi proprietário do morgado da Rua Formosa. A mãe vinha dos morgados de Souto de El-Rei. Carvalho provavelmente fez o curso "de leis" em Coimbra e uma parte da juventude passou na província, envolvido em disputa para resolver a questão do património comprometido. Aos trinta e dois anos raptou uma viúva da casa dos condes de Arcos, D. Teresa de Noronha, e casou-se com ela. D. Teresa era mais velha que ele, mas com fortes ligações na sociedade. Evidentemente, a família dela detestava a aliança. Ao tio, Paulo de Carvalho, que foi professor universitário e depois arcebispo da Patriarcal, deveu Sebastião, em palavras de Azevedo (ibidem), "os princípios da grande casa que veio a possuir".

Dele herdou, em 1737, o morgado constituído por bens em Oeiras e Sintra, prédios de renda em Lisboa e dinheiro acima de 504 mil cruzados.

Parece que foi ele próprio que lhe tinha preparado a carreira política, relacionando-o com o cardeal D. João da Mota, então primeiro-ministro, que nomeou Carvalho e Melo para a missão de Londres um ano depois da morte do seu tio protetor. Chegou a Londres em outubro de 1738 e ali, na idade de trinta e nove anos, inicia a sua ação pública.

4. As missões diplomáticas – estreia na vida pública

4.1. Londres

Um outro seu tio, Marco António de Azevedo Coutinho, guiou o início da sua carreira na Embaixada. Para Carvalho, a mudança do ambiente foi um enorme prazer, visto que considerava a sociedade inglesa inteligente, culta, progressiva e liberal. Pode dizer-se que este período da sua vida foi o mais fértil para a formação da sua individualidade.

Apesar dos seis anos passados em Londres, Azevedo (ibidem: 12) afirma que não conseguiu familiarizar-se com o idioma daquele país. Além disso, a época da sua estadia em Londres foi uma das mais agitadas na história política da Europa. Desde 1738, a Espanha e a Inglaterra estavam em guerra. A Inglaterra pretendia diminuir a influência da Espanha na América e aspirava ampliar o seu comércio, o que causava apreensões em Portugal, que possuía a colónia do Sacramento¹.

A primeira tarefa, que lhe coube em Londres, eram as negociações para obter um apoio militar na Índia, onde as forças portuguesas estavam presas. O Governo português precisava de estar atento porque a situação política era demasiado delicada, com a Espanha e a França de um lado, e a Inglaterra de outro. O mesmo autor (ibidem: 16) afirma que D. João V não cedeu a sugestões britânicas, rejeitou o socorro que lhe foi oferecido para recuperar o território no Prata e manteve-se neutral. Nos portos a situação era perturbante - ambos os lados tinham as suas exigências. Para a Corte espanhola, a entrada de navios de guerra nos portos devia ser sem obstáculos, do outro lado a Inglaterra procedia arrogantemente criando dificuldades com a nação vizinha. As hostilidades continuaram no mar e a Inglaterra até desenvolvia actividades de contrabando e de comércio ilegal nos portos ultramarinos.

De par com as negociações, a colónia do Sacramento era origem de contínuas divergências com a Espanha (ibidem: 19). Para o Governo de Madrid, o estabelecimento dos portugueses devia ser, em palavras de Azevedo, como "no corpo humano, um espinho que, cravado em parte sensível, constantemente magoa".

Apesar de a colónia pertencer ao Governo do Brasil, era isolada em uma área povoada exclusivamente de castelhanos. A notícia de que a Inglaterra se preparava para iniciar hostilidades na América do Sul causou apreensões a Carvalho, na cuja opinião a

¹ Situada na margem norte do Rio da Prata, a colónia do Sacramento foi fundada pelos portugueses em 1680. Devido à posição estratégica que ocupava nos caminhos do comércio de metais preciosos, foi motivo de disputas por parte das duas potências ibéricas, a Espanha e Portugal. *Colónia do Sacramento*. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 30-04-2014]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$colonia-do-sacramento](http://www.infopedia.pt/$colonia-do-sacramento)>.

Inglaterra representava uma enorme ameaça. Carvalho não conseguia obter a declaração formal do rei britânico que reconhecia esse direito de Portugal à colónia do Sacramento e essa situação desassossegava-o.

A Grã-Bretanha, que nesse tempo produzia e exportava uma grande quantidade de cereais, decidiu proibir a saída do trigo inglês para portos estrangeiros (ibidem: 25). A correspondência entre Carvalho e o almirantado não dava frutos. Carvalho estava preocupado com as injustiças por todo o lado e queixava-se ao tio. Em outubro de 1742, depois de tantos esforços infrutíferos, pediu licença para deixar temporariamente a Embaixada. Nesse momento nem imaginava que a sua função, na Corte de Londres, acabava com isso.

Depois da experiência de Londres, Carvalho escreveu a *Relação dos Gravames do Comércio e Vassallos de Portugal na Inglaterra*. Já o título esclarece a orientação desse trabalho que descreve a índole britânica. O trecho seguinte representa os ingleses como um povo altivo, que tem o desejo de se apropriar de todas as riquezas do mundo e que foi privilegiado em tratados sobre o comércio. Carvalho lamentava-se da presença exagerada dos ingleses em Portugal:

Todo o dinheiro que gira é dos ingleses, que fazem adiantamentos aos produtores; enviam mercadorias ao Brasil, com nomes supostos de portugueses; lotam os vinhos e falsificam-nos, destruindo a boa fama do produto [...] (ibidem: 32)

Além disso, Azevedo (ibidem: 37) atesta que Carvalho na Inglaterra foi ironicamente chamado "ministro letrado". D. João V mal suportava ler os seus despachos, por serem geralmente prolixos, emaranhados e provocavam tédio. O seu estilo foi bastante confuso e pretencioso. A estes longos escritos de Carvalho, a chancelaria inglesa respondia, por norma, em termos concisos.

Pombal mal aguentava a Inglaterra e preferia a França.

A França, cujas máximas de governo adoptava, tomando os seus estadistas por modelo, e comparando-se a eles nos dias de grandeza ou desfavor, se lhe manifestava incomparavelmente superior a este país de odiosa democracia (ibidem: 38-39).

Todavia, Carvalho sabia reconhecer as características do carácter britânico, o entusiasmo nacional por audaciosas mas lucrativas empresas, sem escrúpulos na busca da riqueza. Neste lugar desenha-se o carácter do futuro ministro, atento aos factos económicos do seu país, e nota-se a sua vontade de se instruir no campo da vida industrial e mercantil das outras nações. "Ali o seu espírito acabou de se formar", afirma Azevedo (ibidem: 43).

A única, e mais crucial diferença, era a de não perceber o papel da liberdade concedida ao povo.

Somente não enxergou que a raiz de tudo isso, que o seduzia, era a liberdade, de onde sai a iniciativa individual, base de toda a actividade progressiva (ibidem: 44).

Carvalho "pretendeu alcançar os mesmos resultados para Portugal por via da violência" (Carvalho 1982-1983: 93).

A utilidade do cargo diplomático era, para ele, a possibilidade de investigar a maneira de progresso das outras nações. Carvalho elaborava extensos relatórios sobre assuntos económicos. Depois da retirada, o seu cargo em Londres foi assumido por Francisco Caetano, secretário particular.

Negociações com França, Inglaterra e Espanha eram o assunto mais importante e delicado da missão de Carvalho na Corte britânica. Porém, os resultados da sua missão não foram brilhantes. Informava a Corte de Lisboa sobre as questões e assuntos da política do mundo e transmitia todas as novidades durante a sua estadia. O Reino Unido continuava sendo privilegiado em muitas coisas, ao contrário de Portugal.

4.2. Viena

A outra missão diplomática de Carvalho foi em Viena, onde substituiu Manuel Pereira de Sampaio, cujo modo na intervenção entre o Papa e Maria Teresa foi controverso. Outra razão pela qual foi enviado a Viena foi o projeto da companhia para a Índia (Companhia Oriental), que havia concebido em Londres. Como refere Azevedo (op. cit.: 49), um grupo dos invejosos e ciumentos cortesãos queria obstruir o seu projeto. O que eles não suportavam era a ousadia de Carvalho com a qual ele tentava intervir nos assuntos públicos, contra a rotina a que o país se havia habituado. Chegou a Viena nos primeiros dias de julho de 1745.

As condições em que funcionou foram péssimas, fora-lhe proibido assumir a posição de ostensiva atividade, sendo-lhe diminuídas as funções. Foi nomeado pelo rei *emissário*, simples *viandante* (ibidem: 54-55).

Apesar de não ter sido oficialmente nomeado embaixador de Portugal na Corte de Viena, caber-lhe-iam duas missões distintas: uma como mediador entre a Corte austríaca e a Cúria Romana e outra entre as Cortes de Viena e de Madrid (Scheidt 1982-1983: 20).

A missão de enviado português foi muito difícil e complexa. A convicção geral em Viena era que o plenipotenciário não iria proceder de uma maneira imparcial e que na sua ação seria apenas obediente à Cúria.

Por efeito da soberania temporal que exercitava, não podia o Pontífice manter-se indiferente aos destinos da monarquia, que na Itália senhoreava tão vastos domínios (Azevedo op. cit.: 46).

Na sua opinião, o único meio de sair desta situação, desagradável para o Governo português, era não iniciar as negociações em Viena. Cresceu-lhe também o desejo de regressar a Londres.

Em dezembro de 1745, cinco meses depois da chegada a Viena, casou com Leonor Daun, uma jovem nobre, cuja mãe era dama da imperatriz enviuvada. A sua família era contra o casamento, mas a interferência da rainha portuguesa, D. Maria Ana de Áustria, confirmou a ascendência nobre de Carvalho, como nota António Pedro Vicente (2003: 18).

Descendente de uma família de pequena nobreza, comparecendo em Viena sem um título especialmente honroso e sem um motivo válido para ser considerado, esse casamento apresentava-lhe simultaneamente três factos a seu favor: um pretexto para doravante residir em Viena, uma oportunidade para conseguir o agrado da Imperatriz e um processo de conhecimento público da sua enviatura (Santos 1982-1983: 32).

O próprio embaixador português foi recebido mais de uma vez em audiências privadas por Maria Theresia. O casamento com D. Leonor Daun abriu-lhe definitivamente as portas da Corte austríaca [...] e seguiu com atenção os projectos de reforma que se começavam a pôr em prática [...] (Santos op. cit.: 27)

Os primeiros rebentos da nobre família receberam os nomes de Adão e Eva.

Desde o princípio, Carvalho não foi muito inclinado à Cúria (ao contrário de Sampaio, enviado português em Roma). Nesse momento provavelmente começou a germinar a grande aversão, que, depois, no poder, manifestou contra a Cúria.

As negociações não progrediam e Carvalho até queria retirar-se, mas naquele delicado momento isso não era uma decisão bem pensada, como o dizia o seu tio Marco António. Outro problema que o atormentava era a incerteza do pagamento. Os gastos eram grandes e os recursos esgotavam-se depressa.

A discórdia entre o enviado português em Viena e Sampaio, cada vez mais crescente, começou a causar-lhe preocupações. Segundo Azevedo (op. cit.: 82), Sampaio era uma personagem vaidosa e grosseira.

Inchado de vanglória, pela amizade do Pontífice, ambicionara a representar um papel na política da Europa, intervindo na contenda das potências.

A inimizade era pertinaz e profunda de ambas as partes. O que Sampaio não aguentava na figura de Carvalho foi o seu carácter apurado, ciente da própria

superioridade, ambicioso e firme nas decisões, apto à resistência. As suas acusações também motivaram a indisposição de D. João V contra este.

Em Dezembro de 1747 foi nomeado o sucessor de Carvalho na Corte britânica, o que frustrou o diplomata, porque a sua esperança no regresso àquela embaixada foi eliminada.

A sua missão em Viena acaba em 1749. O que é certo é que as missões diplomáticas tiveram importância na formação ideológica e política de Carvalho. Alguns historiadores consideram a missão em Viena de pouco interesse, outros de decisivo efeito na assimilação das ideias do despotismo esclarecido e do iluminismo austríacos.

Três meses foram-lhe necessários para chegar a Lisboa com mulher, crianças e serviçais. O seu destino vai serenar-se somente após a morte do soberano, que ainda continuava a manifestar uma aversão contra ele (ibidem: 87).

4.3. O regresso a Lisboa

De acordo com Azevedo (ibidem: 92), Carvalho colheu na Inglaterra bastante conhecimentos e ganhou experiência, mas não percebeu que o fundamento dessa grandeza nacional era no respeito e no amor da liberdade, enraizados no ânimo dos cidadãos britânicos, e consagrados pelas leis. Em Portugal tudo era contrário.

O intelecto de Sebastião José de Carvalho não era, como o desses, acessível às ideias de liberdade mental e política, já então dominantes entre as classes ilustradas, lá fora. Modelos foi-os buscar mais de cem anos atrás (ibidem: 91).

Do seu regresso a Lisboa até à morte de D. João V, decorreram oito meses. Segundo Azevedo (ibidem: 95), esse período foi para Carvalho cheio de ansiedade e apreensão. Nem o apoio da rainha, nem a influência do seu tio, secretário de Estado, conseguiram vencer a antipatia sentida pelo monarca, alimentada pela hostilidade dos cortesãos. A inquietação cresceu ainda mais quando, no mês de maio, faleceu Marco António.

No último dia de julho de 1750, D. João V morreu. O príncipe, herdeiro da coroa, escutava com atenção as sugestões de sua mãe, e reconheceu vantajosas qualidades no protegido da rainha.

Para estabelecer a situação em Portugal era necessário cumprir uma árdua tarefa.

Urgia acudir a tudo isto: levantar no estrangeiro os créditos do País, fortalecer no interior a autoridade, restaurar as finanças, enfim, por adequadas providências, assegurar o tráfico mercantil com as colónias e reanimar as decadentes indústrias (ibidem).

Afinal, escolheu Sebastião José para assumir esse cargo. Tratava-se aqui de uma ação bem pensada com o objetivo de criar uma nova nação portuguesa, "dirigida por novas mentalidades, dinâmicas e esclarecidas", que se iria aproximar aos países europeus desenvolvidos. Portugal atrasava em todos os domínios (Carvalho op. cit.: 91).

Mostrou-se o novo rei, D. José, consciente do estado precário da nação nas suas diversas actividades, e dessa consciência lhe teria nascido a determinação de se rodear de colaboradores capazes de realizarem a transformação social que as circunstâncias exigiam (ibidem: 92).

Em agosto de 1750 Carvalho e Melo tornou-se o novo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Em suas conversações, nos trabalhos de gabinete, em aspirações que não escondia, dava mostras de um culto espírito e de esclarecido patriotismo. Trazia do estrangeiro ideias de reforma, sem contudo sacrificar, aos propósitos revolucionários já então correntes na Europa, os preconceitos caros à nação (Azevedo op. cit.: 97).

O novo secretário de Estado foi no início ocupado com assuntos diversos. Azevedo refere que D. José via nele grande capacidade.

Reconhecia nele conhecimentos vastos do que, na algaravia da época, se chamava «aritmética política» (ibidem: 98).

O poder do ministro tornou-se depressa grande, de maneira que não era claro se o rei fosse um tirano sanguinário e consciente ou se fosse apenas um mero instrumento nas mãos do seu protegido.

Como quer que fosse, o facto de conservar nele a confiança, a despeito das numerosas influências adversas, todo o tempo do reinado demonstra que possuía pelo menos firmeza de vontade não vulgar. A não ser que, dominado, não pudesse mais fugir à sugestão (ibidem: 103).

Nesse aspeto, Azevedo (ibidem: 108) recorda que Carvalho na Inglaterra podia ver "que a livre circulação dos produtos favorece o consumo, e estabelece o equilíbrio dos mercados". Todavia, o ministro, que pela sua índole, tanto como por doutrina e tradição era contrário a esta base de absoluta liberdade, não o entendia nem o aceitava. Apesar disso, reconheceu que algumas medidas eram precisas para possibilitar o funcionamento dos canais da exportação e consumo e em breve estimulou o mercado.

A energia de Carvalho que era visível nas suas decisões causava crítica e surpresa. Carvalho era homem cheio de ideias, sofisticado, ambicioso. Pouco a pouco subia a sua autoridade sobre outros ministros. A rainha, apesar de ter dado a Carvalho uma importância desmedida, foi por ele própria afastada dos negócios públicos.

Queria sempre alargar o âmbito dos negócios e ter em mãos o mecanismo inteiro do Governo. Além disso, ciumento, sempre guardava em si todas as iniciativas. Em tudo o que era contrário às suas vistas via uma ameaça e conjuração.

5. A sociedade portuguesa e a política económica do século XVIII

O sistema que merece consideração dentro do âmbito da política pombalina é o regalismo. O regalismo, ou seja sistema jurídico-religioso que propõe a intervenção do rei ou do Estado na vida da Igreja, afirmou-se não apenas em Portugal, mas também noutros países europeus, apesar de assumir lá designações diferentes. Trata-se no fundo da afirmação do predomínio dos direitos do Estado sobre a Igreja, conforme Santos (1982-1983: 171). O mesmo autor refere que Pombal não era, na sua opinião, contra a Igreja que lutava, porque a sua ação era situada dentro do espírito do despotismo iluminado, do qual um dos postulados era não tolerar autoridades paralelas (ibidem: 200).

Pombal é também expoente de um outro sistema – despotismo esclarecido, uma das formas do "iluminismo" político, então muito em voga. Segundo Leite (1983: 31), tais monarcas são considerados

senhores absolutos, guiados apenas pelos princípios da razão, expostos e defendidos pelos «filósofos», sem nenhuma limitação, mesmo de ordem moral, à sua actuação pois são a fonte de todo o direito.

No reinado de D. José I, a doutrina económica vigente em Portugal era o mercantilismo. Pombal é considerado símbolo do mercantilismo português,

principalmente no sentido do combate ao luxo e à ociosidade, da valorização e fomento da produção nacional e incremento do comércio através das companhias de monopólio, outra faceta do mercantilismo europeu (Infopedia).

Conforme a mesma fonte, o mercantilismo associa-se, basicamente, a uma concepção política de construção de um estado forte dando ênfase ao controlo e estímulo da atividade económica.

No âmbito da política, Pombal mostrou-se propugnador da amizade britânica, e decidido cultor dela (Azevedo op. cit.: 216). "Foi política sua constante manter a todo o custo a protecção da Inglaterra." Ao mesmo tempo queria emancipar-se da sua tutela comercial.

Em 1754 procedeu à reforma do Exército. Restituiu aos cristãos-novos a consideração social, e aboliu as leis que os excluía dos cargos públicos e das ordens militares (ibidem: 322). Mais precisamente, anulou a separação existente entre os cristãos-velhos (em geral, gente da nobreza) e os cristãos-novos (pertencentes à burguesia e às classes médias mercantis). Com isso, Pombal abriu caminho para a igualdade política e social entre aristocratas e burgueses.

As indústrias na época eram no péssimo estado e tinham enorme influência na economia do país. Para obter ajuda, Pombal precisava recorrer ao estrangeiro. Os bens do Brasil foram entregues à Inglaterra e outras nações estrangeiras em troca de vários produtos estrangeiros. O problema foi que quase todos os produtos foram importados, mesmo aqueles que podiam ser fabricados em modestas oficinas nacionais.

Seria necessário criar centros de produção ou incentivar os que já existissem para alcançarem maior produtividade, de qualidade superior, melhorar a mão de obra educando o operário, conquistar a sua adesão consciente a um plano de modernização do país (Carvalho op. cit.: 94).

Outro problema foi a ideia, ainda hoje muito enraizada no espírito da nação portuguesa, de que somente os produtos estrangeiros têm qualidade, e de que nunca os portugueses seriam capazes de atingir o mesmo nível deles.

Carvalho e Melo delineou um plano de desenvolvimento industrial que tinha como alvo criar grande número de fábricas para a produção de produtos diversos. Para todas estas fábricas queria trazer do estrangeiro mestres aptos nas respectivas artes "que, por contrato, se obrigassem a instruir o pessoal português" (ibidem: 95).

Procurando encontrar uma solução para a crise financeira que atingiu Portugal no início da segunda metade do século XVIII, inicia uma política mercantilista baseada no fomento da manufatura. É assim que em 1759 foi criada a Real Fábrica de Chapéus de Pombal. Essa fábrica funcionava também como uma escola profissional, na qual 24 aprendizes cumpriam um período obrigatório de aprendizagem durante cinco anos. Outra fábrica criada foi a Real Fábrica de Sedas de Pombal.² Pombal fez muito para estimular a indústria em Portugal. Nesse contexto, Azevedo (op. cit.: 321) indica

[...] criara as fábricas de sedas e louças em Lisboa, as de lanifícios na Covilhã, Fundão e Portalegre, de tecidos de algodão em Alcobaça, de chapéus em Pombal, e várias outras; [...] alentara as manufacturas e as aclimara; [...] proibira a introdução de chapéus do estrangeiro e a de louça que não fosse do Oriente. Para educar o trabalho nacional, fizera que viessem de fora do reino mestres de relojoaria, fundições, cutelaria, estuques, cerâmica, tinturaria e outras artes; e rematara a obra de fomento material instituindo a Aula de Comércio, a primeira que houve na Europa, e de onde em pouco tempo saíram auxiliares hábeis da escrita, na arrumação das contas e na aritmética, preciosos colaboradores que até aí faltavam nas casas de negócio e nas estações públicas.

O que não conseguiu fazer é de tornar o Reino de Portugal numa nação dedicada às artes mecânicas. A política de dar imensas subvenções, ao longo de vinte anos para

² *A influência de Sebastião José de Carvalho e Melo em terras de Pombal*. [Consult. 30-04-2014]. Disponível na www: <URL: http://www.cm-pombal.pt/conhecer_pombal/about_pombal/historia_marques4.php>.

que emergisse entre o povo português alguma inclinação pelas coisas da técnica, não se realizou. Os lusos, à diferença dos ingleses, estavam condenados à agricultura, à marinhagem ou ao sacerdócio, não ao mundo da ciência e dos grandes empreendimentos fabris. Lá foi ausente uma sociedade voltada às coisas do engenho tecnológico e do moderno consumo, como foi o caso nos anos seguintes no resto da Europa.³

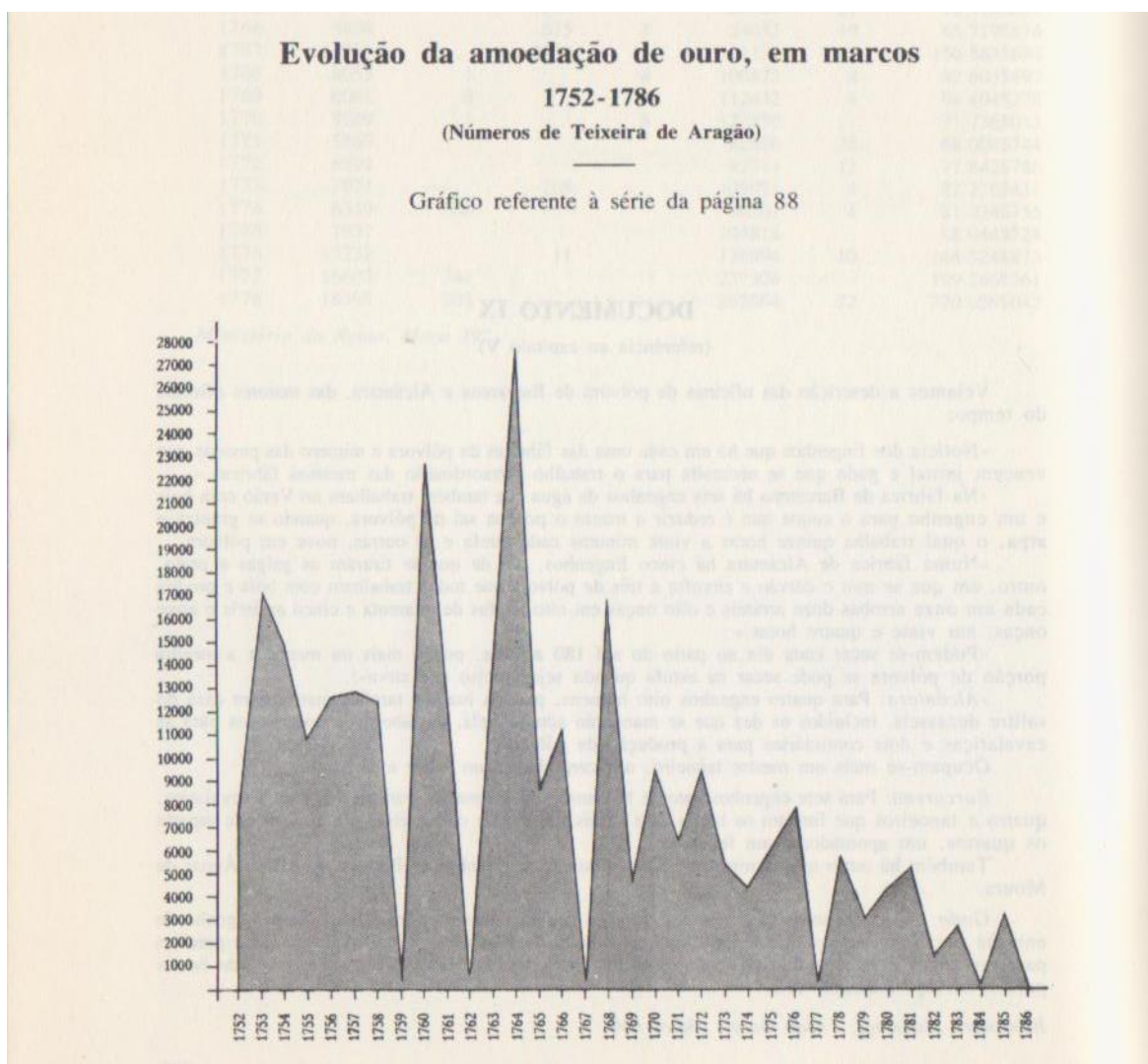
A política económica de Pombal parece oferecer uma conceção de sociedade diferente, em que a alta burguesia, intelectual e funcionária, teria um papel fundamental. Uma das modificações do período pós-pombalino é a entrega de instalações industriais aos particulares, o que é um sinal de transição para Portugal moderno (Castro 1982-1983: 47).

IMPORTAÇÃO, POR LISBOA, EM 1764	
<i>Da Inglaterra</i>	Trigo, farinha, vinho, casquinha, toucinhos, bacalhau, manteiga, pescada seca, milho, arroz, arenques, biscoito, feijões, aguardente, sal, favas, ervilhas, vinagre, ferro, garrafas, papel, esparto, carvão de pedra, chumbo, cobre, pólvora, panelas, arcos de ferro, aduelas, remos, fazendas e encomendas;
<i>Da Holanda</i>	Trigo, cevada, favas, queijos, milho, azeite, fruta, feijões, presuntos, bréu, esparto, papel, couros, alcatrão, enxárcias, algum linho, madeiras, fazendas e encomendas;
<i>Da Dinamarca</i>	Trigo, cevada, centeio, toucinho, arroz, linho, madeira e fazendas;
<i>Da França</i>	Trigo, cevada, centeio, milho, legumes, ervilhas, feijões, manteiga, couros, papel e marfim da costa de Cabo Verde, açúcar, arroz, azeite, barbatanas, couros em cabelo, atanados e barbas de baleia.
<i>Do Rio de Janeiro</i>	Cacau, café, fazendas e madeiras;
<i>Do Grão-Pará</i>	Algodão, atanados, fazendas do Maranhão; da Baía, tabaco;
EXPORTAÇÃO, POR LISBOA, EM 1764	
<i>Para a Inglaterra</i>	Vinho, fruta, sal, tabaco, telha, pedra e fazendas;
<i>Para a Holanda</i>	Açúcar, sal, fruta, azeite de peixe e cacau;
<i>Para a Dinamarca</i>	Açúcar, tabaco, couros, cacau, tijolos, telha e sal;
<i>Para a França</i>	Sal, azeite de peixe, vinho, fruta e couros.
<i>Para a Suécia</i>	Sal, vinhos e fruta;
<i>Para a Ragusa</i>	Frutas;
<i>Para a Espanha</i>	Açúcar e tabaco;
<i>Para o Rio de Janeiro</i>	Sal, fazendas, etc.

Anexo 1: Importação e exportação, por Lisboa, em 1764 (p. 63)

Borges de Macedo, Jorge. *A situação económica no tempo de Pombal: alguns aspectos*. Lisboa: Morães Editores, 1982.

³ *A Era do Marquês de Pombal e seus efeitos sobre o império lusitano*. [Consult. 27-05-2014]. Disponível na www: <URL: <http://meuamapanahistoria.blogspot.com/2013/06/a-era-do-marques-de-pombal-e-seus.html>>.



Anexo 2: Evolução da amoeção de ouro, em marcos; 1752-1786 (Números de Teixeira de Aragão) (p. 164)

Borges de Macedo, Jorge. *A situação económica no tempo de Pombal: alguns aspectos*. Lisboa: Morães Editores, 1982.

6. Pombal e os jesuítas

Antes de analisar a relação entre Pombal e a Companhia de Jesus, é interessante mencionar a sua famosa frase em relação aos jesuítas: "Estas gentes são o meu Manuel Pereira de Sampaio" (Azevedo op. cit.: 167).

No início, saliente-se que os jesuítas detinham o monopólio do ensino e da pregação na época. Durante muito tempo exerciam uma ação altamente positiva, mas vieram depois a cair em exageros de vária ordem, sendo criticados mesmo pelas outras ordens religiosas. Os problemas com os jesuítas começaram já no Brasil onde eles, através numerosas missões, ganharam imenso poder. As leis de 1753 que declararam livres os índios do Brasil e as quais extinguíram as missões entraram em vigor dois anos mais tarde. A administração temporal foi entregue a funcionários, nomeados pelo governador. Para os padres foi difícil aceitar essa posição subalterna e manifestaram a insatisfação em várias maneiras.

Pombal logo sentiu que o seu poder pudesse ser usurpado pela Companhia e iniciou a luta contra os seus membros. Foi preocupado com a preponderância que os jesuítas adquiriram na colônia do Brasil, ultrapassando uma ação religiosa, para se imiscuírem na política social. Conforme Azevedo (op. cit.: 168-169), na *Relação Abreviada*, um documento publicado pelo Governo português, expõem-se os atos dos jesuítas na América. Segundo esta publicação, a liberdade dos índios foi usurpada, os jesuítas tiveram completamente em suas mãos o comércio e a agricultura da colônia, ao lado de outras graves acusações. A obra teve uma grande divulgação e influência e foi traduzida em várias línguas.

No livro *Dedução Cronológica*, os jesuítas são apresentados como culpados principais de todas as intrigas e conspirações, por meio das quais queriam sempre subordinar o supremo poder do Estado às suas ambições (ibidem: 292).

De acordo com Couto (2003: 61-65), os jesuítas foram implicados no atentado contra o rei D. José I em 1758. Segundo a sentença da Junta da Inconfidência, eles tinham-se aliado com os inimigos do rei e tinham planeado a sua morte. Os juízes confiscaram todos os documentos que encontraram nos seus colégios, residências, engenhos e fazendas, agruparam os religiosos nos estabelecimentos principais e mantiveram-nos sob custódia militar. No início de 1760, os governadores do Grão-Pará e Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro receberam ordens para tornar pública a expulsão total da Companhia de Jesus dos domínios portugueses.

Conforme Azevedo (op. cit.: 72), uma das consequências da expulsão dos jesuítas consistiu no encerramento dos respectivos colégios que asseguravam o funcionamento do ensino na colónia.

6.1. A extinção da Companhia de Jesus

Entretanto, reatam-se em Portugal as relações com a Santa Sé. A 25 de agosto de 1770 foi publicado um decreto segundo o qual as relações com a Corte pontifícia tinham sido restabelecidas. Em Roma, como também em Lisboa, a reconciliação foi considerada de grande valor. Em ambas as capitais foram organizadas solenidades religiosas para celebrar esse facto importante. Nessa ocasião, o rei D. José premiou o seu ministro com o título de marquês de Pombal.

O novo Pontífice, Clemente XIV, deu a palavra de suprimir os inicianos. A questão dos jesuítas parecia abandonada por quase dois anos, a causa das hesitações do papa. O golpe demorado esperava-se ansiosamente. Na Espanha, as negociações foram dirigidas por D. José Monjino, declarado inimigo dos jesuítas. No que diz respeito a Pombal, Azevedo (ibidem: 306) escreve:

Logo à primeira audiência, em Junho de 1772, reconheceu o Papa ter ante si um contendor, que não poderia burlar como os outros. O momento temido da resolução final avizinhava-se.

Em setembro de 1772, o papa Clemente XIV mandou fechar o Colégio Romano e o dos Irlandeses, "estabelecimentos célebres de educação a cargo dos jesuítas" (ibidem: 307). O primeiro passo foi feito. Todavia, Monjino continuava insistir que o Papa cumprisse a promessa e decretasse logo a extinção. Este vacilava, não querendo tomar a decisão final. Em novembro do mesmo ano até pediu conselho a Pombal. Antes de receber a resposta do ministro, deu o passo decisivo e em 11 de fevereiro foi publicada a bula de supressão e enviada ao rei de Espanha para que ele a pudesse aprovar e transmitir aos outros soberanos interessados na abolição. Pombal, naturalmente, na sua resposta tentou reprimir os receios do Papa, encorajando-o no seu intento. A bula chegou a Lisboa em março, foi aceite por Pombal, como também pelos Gabinetes de Nápoles e Paris. A imperatriz Maria Teresa foi a única que impugnou o texto, porque não lhe foi concedida a livre disposição dos bens da Sociedade.

Os jesuítas protestaram em todos os países contra o golpe enorme que os destruíra. Na Itália isso foi muito visível. Artigos, sátiras, panfletos contra o Pontífice e governos que aceitaram o seu mandamento foram divulgados, apareceram até as profecias. Pelo Breve Papal *Dominus ac Redemptor* de 21 de julho de 1773 a Companhia foi abolida

(ibidem: 307-309). Apenas com o seguinte papa Pio VI é que foi interrompida a ofensiva contra os inacianos.

6.2. Os oratorianos

Santos (2003: 78) nota que os oratorianos foram os maiores adversários dos jesuítas na discussão sobre modelos pedagógicos. Sendo grandes promotores das ciências naturais, introduziram em Portugal as ideias de Francis Bacon, Descartes, Locke, etc. Até Pombal mandou os seus dois filhos, Henrique José e José Francisco, estudarem com os oratorianos no convento de Nossa Senhora das Necessidades.

Entre 1755 e 1760, os oratorianos estavam no auge da sua notoriedade. Depois da expulsão dos jesuítas transformaram-se em aliados do ministro e foi-lhes dada a tarefa de superar a lacuna aberta no ensino. Dos manuais escritos para os estudos menores, destaca-se o *Novo Método de Gramática Latina* do Padre Manuel Monteiro.

Os problemas apareceram também aqui. Em palavras de Santos, "Pombal não suportava uma instituição cujos membros se manifestavam, em larga maioria, contra a sua teoria política e a sua prática governativa" (ibidem: 82).

Depois de aparecer a obra *Conclusões de Lógica* do padre Valentim de Bulhões, ele foi impiedosamente encarcerado. Nessa obra procurou alcançar a verdade no modo contrário às orientações do governo e nesse sentido o pensamento dele era insuportável ao poder. Conforme Santos, "o certo é que ele nunca foi processado, nem julgado e muito menos condenado" (ibidem: 83). Mas passou quase 9 anos no cárcere. Os oratorianos ainda ficaram proibidos de ensinar. Isso foi um golpe duro no prestígio pedagógico deles, maculando a sua imagem pública.

O congregado Teodoro de Almeida foi o educador do filho do marquês de Távora D. José Maria e obteve excelentes resultados. "D. José Maria foi supliciado em 1759, com treze anos de idade, abatendo-se logo no ano seguinte a tormenta sobre o Padre Almeida" (ibidem: 84).

A ligação dos oratorianos à mais alta nobreza enfurecia Pombal. Na verdade, o ódio de Sebastião José à Congregação só não se manifestou na sua extinção por o monarca o não ter permitido (ibidem).

7. Pombal e a nobreza

Uma das marcas da época de pombalismo é o atentado contra D. José I e a tortura tremenda infligida em 1759 aos membros das casas aristocráticas que nele se reputaram implicados, conhecida pela designação "o caso dos Távoras".

Uma parte importante da sociedade portuguesa temia o modo de agir de Carvalho e do rei D. José. Carvalho até era por vezes considerado o inimigo a causa das medidas violentas com que agia na sociedade (Azevedo op. cit.: 178).

O rei passava frequentemente as noites na quinta de Belém, onde tinha uma relação amorosa com a marquesa de Távora, D. Maria Teresa. Numa dessas noites algo aconteceu e na manhã seguinte, no dia 4 de setembro, correu na capital a notícia que o rei adoeceu na noite passada. Contudo, mais pessoas falavam sobre os tiros disparados pelos Távoras. A versão do atentado propagou-se depressa no Reino e, dentro em pouco, os jesuítas foram acusados como instigadores do crime. No paço a rainha assumiu a regência. Todavia, não foi feito nada para estabelecer a segurança da Corte. "Nenhum facto indicava que a voz pública contra os Távoras tivesse eco na Corte" (ibidem: 181).

As opiniões sobre o responsável do atentado eram muito diversas.

Os diplomatas, que conheciam o viver da Corte, recusavam acreditar que fosse o caso de honra dos Távoras a razão da emboscada (ibidem: 182).

Muitas outras pessoas de categoria tinham a mesma opinião. Como possível culpado mencionava-se também o duque de Aveiro porque havia quem dissesse que a duquesa de Aveiro também tinha uma relação amorosa com o rei ou porque o próprio duque queria apossar-se do trono (ibidem). Segundo outros o criado Pedro Teixeira foi a destinada vítima. O atentado ocorreu sem maiores consequências, mas Carvalho devia encontrar o responsável e, rodeado de versões opostas, não vacilou.

Porém, não foram encontrados vestígios da conjuração planeada pelos Távoras ou pelo duque de Aveiro. Por meras induções os fidalgos foram presos. O orgulho da rainha foi ferido. Seria lógico desejar a ruína da família que, por interesse, aceitou a desonra e, cúmplice do adultério, também o era do crime contra o seu marido, o rei de Portugal.

Em dezembro os acusados foram levados para o cárcere (o marquês de Távora, os seus filhos, irmãos, genros). A duquesa de Aveiro e a marquesa de Távora foram encerradas com as filhas em mosteiros.

No edital publicado foi escrito que a carruagem tinha sido assaltada por três homens a cavalo e nesse ataque o rei tinha sido ferido. Tratava-se obviamente da conjuração. Honras e prémios foram oferecidos a quem indicasse os nomes dos conspiradores (ibidem: 186-187).

Instituiu-se um tribunal e do processo foi incumbido o juiz Pedro Cordeiro. Afinal, o duque de Aveiro na tortura confessou o crime. Como os motivos do seu ato destacou razões de interesse e de ódio. Mas foi ele, Carvalho, o alvo verdadeiro de todas as cóleras, dos tiros que sofreu o soberano. Todos os seus inimigos cooperaram no ataque. O réu declarou que os jesuítas tinham instigado o crime.

Durante o interrogatório, o réu principal também acusou outras pessoas, o que agradou a Carvalho. O duque esperava que o número maior das pessoas implicadas no crime acrescesse a sua possibilidade de salvação. Na verdade, denunciava os que os juízes desejavam. As testemunhas foram interrogadas e torturadas no processo, as declarações foram contraditórias, imprecisas e extorquidas pelos juízes. As confissões finalmente foram arrancadas. A execução da marquesa de Távora (a 13 de janeiro de 1759), seu marido D. Francisco, os dois filhos, do duque de Aveiro, e da pessoa que feriu o rei, foi efetuada de maneira tremenda. Todos os bens pertencentes aos fidalgos foram confiscados, as casas destruídas, os brasões apagados, o título nobiliárquico dos Távoras declarou-se extinto no país (ibidem: 193). Os que sobreviveram tomaram o de Lorena, que veio à família por linha feminina (ibidem: 190).

Pombal era hostil à alta nobreza. Era-lhe insuportável a presença de uma casta de nobres agindo independente da vontade do soberano. Mas faltavam as provas para condenar aquelas pessoas. Ainda não é possível averiguar quem foi o verdadeiro ator do crime. Azevedo (ibidem: 195) afirma que jamais será possível atingir a certeza em relação a este drama sombrio, mesmo que os indícios, até hoje, antes absolvam do que condenem os Távoras. Desde então Lisboa tornou-se uma cidade onde reinavam o medo e o terror.

Depois das execuções, era necessário resolver a questão dos jesuítas, acusados pelo planeamento do crime. Algumas das medidas tomadas foram o sequestro dos bens, a dissolução das comunidades. Vários sacerdotes foram encarcerados, as escolas da Companhia foram substituídas por outras. Apesar disso, as riquezas ocultas dos jesuítas foram bem escondidas. Carvalho, que detestava os jesuítas, viu nesse acontecimento uma boa oportunidade para destruir a Ordem. Os principais culpados foram quase esquecidos por causa dos jesuítas que teriam organizado o atentado (ibidem: 202-209).

Muitos dos jesuítas desterrados morreram no caminho. Outros que ficaram no Reino permaneceram nos cárceres. O mais odiado entre eles, Malagrida, foi executado, queimado em frente de numerosos espectadores.

8. O governo pombalino no Brasil

8.1. O Brasil – a colônia de riquezas enormes

O Brasil foi muito importante para Pombal, por isso ocupou-se dos problemas que ali surgiam constantemente. Franchini-Netto (1981: 23-24) nesse propósito diz:

Intuíu-lhe a grandeza - nascente. Proporcionou-lhe a expansão. Defendeu-o. Preservou-lhe a fisionomia geográfica.

O Brasil nesse período lutava com graves problemas. A extração do ouro iniciou em 1700 e em 1729 foram descobertos os diamantes nas Minas Gerais. No que diz respeito aos diamantes, a prioridade foi dada às vendas. Os diamantes do Brasil foram postos nos mercados da Europa que foram abundantemente abastecidos. Quatro anos mais tarde já estava tudo esgotado. D. João V era um gastador. Distribuía as pedrarias com excessiva generosidade. Dissipava dinheiro sem medida, "que acabou por desnivelar a economia do país, que vivia na ilusão de riquezas inesgotáveis [...]". O tesouro público empobrecia (ibidem: 15-16).

Nas áreas de mineração surgiram dificuldades, provocadas pelo complexo sistema fiscal da época. Os produtores eram obrigados a destinar uma parte do ouro à Coroa portuguesa. Durante a sua administração, Pombal estabeleceu a cobrança de impostos sobre a produção aurífera, chamados o "quinto" e a "derrama". O quinto correspondia à cobrança de 20% sobre a quantidade de ouro anualmente extraído. Esta taxa era destinada à Fazenda Real em Portugal. Evidentemente, com o declínio da produção, tornou-se cada vez mais difícil atender pagar os impostos. O resultado disso foi o contrabando organizado, refere a mesma fonte (ibidem: 17).

Quando o quinto não era pago ou era pago parcialmente, os valores atrasados acumulavam-se. A Coroa portuguesa decidiu introduzir a "derrama" para cobrar os impostos atrasados. Para receber os valores a que tinha direito, Portugal chegou a confiscar os bens dos devedores. A intensificação das cobranças foi um dos principais motivos do surgimento da Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789.⁴

A situação em que meios oficiais impediram livre circulação dos produtos, levou a um excesso de produtos. Isso aqui não era sinal de riqueza e prosperidade, mas uma perda, uma enorme aglomeração na alfândega da capital e sem novos lugares para

⁴ Angelo, Vitor Amorim de. *Período pombalino: Administração de Pombal deixou marcas*, 2007. [Consul. 21-08-2014]. Disponível na [www: <URL: http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/periodo-pombalino-administracao-de-pombal-deixou-marcas.htm>](http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/periodo-pombalino-administracao-de-pombal-deixou-marcas.htm).

futuros depósitos, o que causou que uma enorme quantidade dos produtos fosse queimada (Azevedo op. cit.: 103).

Apesar de vários problemas, o autor explica que Pombal descobriu o Brasil "como potência emergente" (Franchini-Netto op. cit.: 36). Usa uma boa metáfora dizendo da colônia o seguinte: "o Brasil, diamante que, descoberto nas sombras do horizonte, ele ajudou a lapidar..." (ibidem: 61).

Para poder recuperar o país, Pombal percebeu que era preciso atacar várias frentes ao mesmo tempo, portanto a sua ação era polivalente, refere o autor (ibidem: 21-24). Nesse tempo a frota mercante lusitana quase não existia. Portanto, poderosos comerciantes estrangeiros tinham nas mãos o comércio. O ministro precisava de reagir, por isso assumiu o controle da movimentação nos portos e aplicou o processo, conhecido pelo nome de "o seu mercantilismo dirigido" (ibidem: 31). Logo surgiu-lhe a ideia de "Companhias de Comércio", inspirada por Londres, que teriam por objetivo de comercializar a produção e abastecer a capital. Nas palavras de Azevedo (op. cit.: 272), "até à criação das companhias todo o tráfico do Brasil dependia do crédito que os Ingleses concediam aos comerciantes nacionais". Por meio de Decretos, Pombal

desburocratizou os óbices alfandegários, a complicada rede de papéis, avisos e rubricas, reduziu os direitos e facilitou a baldeação, o que, com as outras medidas já referidas, promoveu a dinamização dos tradicionais entraves portuários. Como medida complementar, ainda, para evitar novo acúmulo da produção procedente do Brasil, decretou medidas de favorecimento aos intermediários, fixando o preço máximo que os lavradores poderiam exigir; taxou os fretes e determinou, através de regulamento minucioso, a ordem de embarque dos produtos agrícolas da Colônia (Franchini-Netto op. cit.: 30-31).

Para estimular o setor agrícola, incentivou a produção do tabaco e do açúcar. As mudanças introduzidas estimularam o mercado e a exportação. Em 1755 Pombal criou a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão Pará e, quatro anos mais tarde, em 1759, a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba. O primeiro ministro concedeu-lhes numerosos privilégios. A primeira dessas Companhias estimulou o desenvolvimento de uma vasta área e introduziu a cultura de algodão. A segunda companhia foi abolida em 1780 (ibidem: 33).

8.2. Os jesuítas no Brasil

Jorge Couto descreve o Brasil pombalino no seu ensaio, inserido na revista *Camões*, dedicada ao Marquês de Pombal. Conforme Couto (op. cit.: 56), foi bastante difícil recolher os dados demográficos do Brasil. O primeiro censo da população do Brasil foi efetuado em 1776. Os valores estatísticos correspondiam, sobretudo, às zonas litorais. Muitas pessoas que viviam isoladas no interior não entraram no censo. Importa salientar, contudo, a predominância da capitania de Minas Gerais, com 319 769

habitantes, seguida de três capitanias costeiras: Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Os dados indicam um crescimento da população na época pombalina. Em 1763 o Rio de Janeiro torna-se a nova capital brasileira, tomando o lugar da cidade do Salvador. Naturalmente, a consequência disso é um proeminente aumento demográfico, favorecido pelas atividades comerciais e marítimas que exercia. Para povoar esta área, especialmente a zona fronteira da América Portuguesa, foi tomado um conjunto variado de medidas, entre estas a de fomentação da imigração do Reino e das ilhas. Outra solução adotada foi a aquisição de mão-de-obra escrava. Porém, tudo isso não foi suficiente e Pombal decidiu incentivar a prática da miscigenação. Segundo Couto (ibidem),

entre 1750 e 1770, desembarcaram no porto do Recife 47 469 escravos.

Pombal resolveu privilegiar os brancos que casassem com mulheres indígenas, como também tornar público que os filhos desses matrimônios fossem respeitados pelos naturais do Reino.

Três diplomas são imprescindíveis para a integração dos indígenas, refere a mesma fonte (ibidem: 57):

o Alvará com força de Lei de 4 de Abril concedendo privilégios aos portugueses que casassem com índias; a Lei de 6 de Junho que restituiu aos índios a liberdade das suas pessoas, bens e comércio e, finalmente, o Alvará com força de Lei de 7 de Junho que proibiu as ordens religiosas de exercer jurisdição temporal, aprovando o estabelecimento de governo e justiça seculares para os índios do Grão-Pará e Maranhão.

Uma das maiores preocupações do Marquês de Pombal foi a Companhia de Jesus, que pouco a pouco expandia o seu poder pelo continente americano. Para reprimir a sua ação, mandou que os jesuítas devolvessem o domínio temporal para a esfera de jurisdição da Coroa e ficassem com o domínio espiritual, mas isso não lhes agradava. Em relação a isso Couto (ibidem: 59) explica:

Logo no período inicial do seu governo (1751), Mendonça Furtado deparou com a oposição dos jesuítas às ordens régias relativas à não concessão do poder temporal nas novas povoações de indígenas que se criassem.

Mendonça Furtado enviou vários relatórios para Lisboa em que sublinhava a falta de colaboração e a desobediência dos religiosos às ordens do governo de Sua Majestade e mencionou o monopólio que exerciam sobre a mão-de-obra e o comércio no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Nessa ocasião foi preciso reagir, portanto as primeiras represálias pelo comportamento deles foram tomadas em 1755.

Pela mesma altura, Pombal informou Mendonça Furtado de que o governo planeava

restringir-lhes as áreas de actuação, impedi-los de se imiscuírem na jurisdição real e episcopal, retirar-lhes o governo temporal das aldeias de índios e anular-lhes o monopólio informal sobre o comércio do estado do Grão-Pará e Maranhão (ibidem: 60).

A reação dos jesuítas foi fácil de prever: resistiram a cumprir as leis, abandonaram as missões e apropriaram-se indevidamente dos bens das aldeias.

Para eles foi inaceitável permanecer nas aldeias de índios nas novas condições, ou seja, "sujeitos à tutela episcopal e sem o poder temporal", por isso abandonaram-nas e partiram para os seus colégios. A reação do governador foi enérgica. Foram-lhe dados poderes de Lisboa, portanto "decretou a expulsão para o Reino de vinte e um religiosos considerados rebeldes às ordens de Sua Majestade". Um outro golpe veio em 15 de maio de 1758, quando foi publicado um Mandamento em que se proibia aos inacianos a prática de quaisquer actividades comerciais (ibidem: 61).

Para resolver o problema da carência de pessoas, Mendonça Furtado, o governador do Grão-Pará e Maranhão, propôs em janeiro de 1754, a criação de uma Companhia Geral de Comércio Nacional que fornecesse os negros destinados ao cultivo das terras abandonadas e ao trabalho nas minas de Mato Grosso. A sugestão foi acolhida pelo Pombal que nela viu numerosas vantagens, em primeiro lugar a oportunidade de

combater o contrabando francês com o Pará e Maranhão; introduzir em circulação moeda metálica, uma vez que os meios de pagamento utilizados na região eram novelos de algodão e caroços de cacau, e promover a plena integração económica daquele estado, até então praticamente marginal, nos circuitos económicos atlânticos, através da aquisição de escravos em África, da exportação das suas produções para os portos do Reino - e a partir destes para os outros Estados europeus - e da importação de mercadorias metropolitanas e estrangeiras (ibidem: 65).

8.3. A cultura brasileira

Conforme Couto (ibidem: 73), na época pombalina foram fundadas duas instituições culturais, mas a duração delas foi efémera: a Academia Científica do Rio de Janeiro, e a Academia Brasílica dos Renascidos, instalada no Salvador em 1759.

No domínio das belas-artes é preciso salientar o fulgor do barroco mineiro, onde ressaltam as obras de António Francisco Lisboa, (o Aleijadinho), e Manuel Francisco Lisboa, particularmente as igrejas de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Assis. Ao lado destes edifícios foram ainda construídos o Palácio dos Governadores, em Belém do Pará, e as igrejas do Carmo e da Candelária no Rio de Janeiro.

Em relação à literatura, em 1769 foi impresso o poema *O Uruguai* do autor José Basílio da Gama. Trata-se de uma obra de elogio do pombalismo que canta o índio e

simultaneamente o conquistador europeu, que proporcionou às populações americanas o acesso à religião e à civilização (ibidem: 74).

Outra obra, publicada pela Real Oficina da Universidade em 1774, é *O Deserto*, poema escrito por Manuel Inácio da Silva Alvarenga, "que satiriza o ensino escolástico e aplaude a reforma pombalina da Universidade, efectuada em 1772" (ibidem).

8.4. A reforma urbana da Amazónia

A região Amazónica, um terreno caracterizado da floresta muito densa e do rio homónimo, implicava numerosas dificuldades para quem queria penetrar nela. O clima, um outro fator específico, agravava ainda mais este esforço. De um lado, a selva implica um mistério que ainda precisa de ser investigado, do outro o rio apresenta-se como primacial via de acesso aos seus tesouros, particularmente para os mais valiosos deles, o ouro e a prata. Neste sentido, o rio Amazonas é considerado uma estrada que facilitaria o domínio da região a quem dele se apoderasse, fala Renata Araújo (2003: 152-153) no seu ensaio.

Em 1616, com a fundação de Belém, é que inicia a ocupação colonial da Amazónia. No entanto, este espaço já estava ocupado e possuído pelos índios, que naturalmente resistiam aos colonizadores. Os conflitos entre esses dois grupos, os invasores e os nativos, marcam esta época. Conforme os colonos, ganhar o domínio sobre o território podia ser possível só através do poder sobre os índios. Os missionários ocupavam o interior da Amazónia e cabia-lhes a tarefa da cristianização dos nativos. Segundo Araújo (ibidem: 154),

jesuítas, franciscanos, carmelitas e mercedários foram distribuídos ao longo do rio e dos seus afluentes, em áreas separadas e predeterminadas de actuação, funcionando como uma espécie de frente avançada da colonização.

Além disso, era necessário que domassem os "selvagens" nativos que os colonos queriam escravizar.

Fundaram vários aldeamentos e realizaram a conversão desejada de boa parte da população nativa. Negavam-se entretanto a cumprir a tarefa de fornecedores de escravos [...] (ibidem)

A disputa de poder criou tensões entre os colonos e os missionários, o que vai marcar o primeiro século da colonização (ibidem).

Os missionários consideravam-se donos absolutos dos indígenas pelo intelecto. Segundo eles, era preciso escravizar os nativos para salvar as suas almas (Azevedo op. cit.: 132).

Nesse ambiente, marcado pela violência e pela insegurança, um outro problema foi o clima que causava problemas de saúde, sobretudo as epidemias contínuas que flagelavam a população.

Em setembro de 1751, chegou a Belém o irmão do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então governador da Capitania do Grão-Pará. Veio também impregnado de um projeto "reformador" da região. A reforma pombalina da Amazônia começa, com efeito, com ele (Araújo op. cit.: 155).

Segundo Azevedo (op. cit.: 131), o novo governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça, teve o papel de fundar na Amazônia novas missões. Conforme a decisão, aquelas mais perto da fronteira, consideradas de maior importância, foram dadas aos padres da Companhia de Jesus, estimados como os mais capazes.

Para apossar-se realmente da terra, era preciso conhecer muito bem a região e apaziguar-se com os seus habitantes naturais. A tarefa foi árdua, porque o ambiente denunciava a falta evidente de progresso económico, o clima de conflitos não cessava e existia o risco da perda de poder, usurpado pelos missionários (Araújo op. cit.: 157).

No campo da actuação política a reforma pombalina fundamentava-se em duas medidas, ou seja bases indissociáveis que vão sustentar a administração da Amazônia de Pombal: a Lei da Liberdade dos Índios e a instituição da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Conforme Araújo,

a lei que abolia todas as formas de cativeiro dos naturais até então em vigor, foi promulgada em 6 de Junho de 1755, e vinha associada a outro alvará, assinado no dia seguinte, retirando o domínio temporal dos missionários sobre os índios. No mesmo dia 7 de Junho foi também publicado o Alvará régio de confirmação da instituição da Companhia, que tinha sido levado à aprovação no dia anterior (ibidem).

A medida que estabeleceu a liberdade dos índios foi muito importante, tanto para resolver o conflito de poder com os missionários, como no sentido de preservar as fronteiras definidas nos acordos, que exigiam uma relação pacífica com a população nativa. A implementação da lei gerou grave condição na colónia, seguiram-se os protestos. O governador resolveu esperar para pô-la em prática, usando o argumento da escravatura africana para serenar os colonizadores. A Companhia responsabilizou-se pelo transporte dos africanos e pela sua venda aos colonos. Ao mesmo tempo os missionários não podiam manipular mais a distribuição dos trabalhadores, como antes faziam, nem manter qualquer influência nos naturais (ibidem).

Para conhecer melhor um território vasto como este, Pombal requereu que a terra fosse medida e descrita pelos cartógrafos e engenheiros. Apenas o conhecimento do

território, descodificado em mapas, cartas e plantas, oferecia a real possibilidade do seu domínio. Foram também construídas as fortalezas de defesa. Com efeito, na base de toda a ação pombalina da Amazônia está a noção de fazer um novo "desenho" desse espaço com mapas de rios, relatos descritivos de trajetos terrestres, roteiros de navegação, desenhos com as espécies da flora e da fauna nativas etc. (ibidem: 158).

No que diz respeito à reforma urbana, feita pelo governador Mendonça Furtado, o método aplicado foi o de fazer uma "restauração-ressurreição" das aldeias indígenas, com o objetivo de as transformar em "povoações civis e civilizadas", ou seja, convertê-las nas "vilas". Antes de tudo isso, era preciso obter a "civildade" para os nativos. Os meios usados nesta tentativa eram

o ensino da língua portuguesa e a separação das casas, dado que se considerava um hábito «indecente» a coabitação de várias famílias (ibidem: 161).

Ao lado disso, era necessário mudar os costumes dos índios e controlar os seus vícios, especialmente a bebida. Foi também determinada a gestão económica das vilas, e criada uma área de cultivo para utilização comum dos habitantes. Incitava-se os índios a um investimento maior na agricultura, sugerindo a adoção do algodão, do arroz e do tabaco. Estimulando a agricultura iniciou a incitação a comércio (ibidem).

Mas a mudança essencial dentro da sociedade deveria vir pela indispensável convivência entre índios e brancos. Nestas condições deveriam mutuamente respeitar-se uns a outros, sendo iguais como homens livres. Para tal os casamentos mistos eram estimulados, com o objetivo de suprimir os preconceitos e as discriminações dirigidos contra os indígenas (ibidem).

Araújo (ibidem: 162) refere que no período entre o ano de 1751, quando o irmão de Pombal chegou ao Brasil, e o ano de 1782, que marcou a morte do Marquês, foram fundadas na Amazônia cerca de quarenta e cinco vilas e o número aproximado de freguesias. As características comuns destes lugares foram a praça, a câmara, a cadeia e a igreja. As ruas eram retilíneas, com as casas alinhadas e com fachadas iguais, sempre quando isso era possível.

Da "reforma urbana" realizada no século XVIII existe o mapa de organização do território que se conserva ainda na base da Amazônia actual. Só no século XX voltaram a construir-se novas vilas, sendo abertas novas estradas, em especial a transamazónica, conclui a autora (ibidem: 165).

9. O terramoto de 1755

O fúnebre dia para a cidade de Lisboa foi o dia 1 de novembro de 1755. Um violento terramoto atingiu Lisboa, Setúbal e o Algarve, mas fez-se sentir o mais intensamente na capital portuguesa e devastou a cidade inteira. Os geólogos posteriormente concluíram que "teria atingido uma intensidade de cerca de 9 graus na escala de Richter".⁵

O terramoto foi seguido por um maremoto e por um enorme incêndio que em seis dias assolou a Baixa de Lisboa. O acontecimento causou um grande pânico que durou vários dias. Além dos mortos e das pessoas feridas, muitas casas, igrejas, conventos e edifícios públicos eram destruídos.

O nome de Carvalho tornou-se famoso pela firmeza e inteligência com as quais acudiu à resolução urgente da catástrofe. Azevedo (op. cit.: 149) cita a sua frase mais conhecida dessa ocasião: "cuidar dos vivos e enterrar os mortos".

O dito permaneceu na tradição como a fórmula de um carácter, e ficará para sempre vinculada ao nome de Pombal.

Ele cuidou de tudo, pôs imenso zelo na tarefa e delineou até uma Lisboa nova que ressurgia entre as ruínas. A arquitetura daquele tempo, hoje denominada "pombalina", designa um estilo, uma época, mas sobretudo "uma vontade em acção". Carvalho mostrou-se à altura da situação e demonstrou-se capaz ao remediar às consequências da catástrofe. As medidas que tomou denotam um espírito prático e atuante na resolução de dificuldades e ajudam a compreender a sua ascensão política, indica Vicente (op. cit.: 19).

Entre os edifícios destruídos foram o Teatro da Ópera, o palácio real, o palácio do duque de Cadaval, o Arquivo da Torre do Tombo, as bibliotecas dos Franciscanos e dos Dominicanos. De acordo com os dados da Infopédia, "ao todo, terão sido destruídos cerca de 10 000 edifícios e terão morrido entre 12 000 a 15 000 pessoas". Nesse contexto Carvalho revelou grandes capacidades de organização na tentativa de restituir a ordem, "enquanto as pessoas influentes e a própria família real se afastavam de Lisboa". Queria impedir a fuga do povo "ao providenciar socorros e ao distribuir alimentos" e tomou medidas para prevenir o roubo das habitações.

⁵ *Terramoto de 1755 e Reconstrução Pombalina*. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 15-05-2014]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$terramoto-de-1755-e-reconstrucao-pombalina](http://www.infopedia.pt/$terramoto-de-1755-e-reconstrucao-pombalina)>.

O terramoto deixou Lisboa reduzida a um amontoado de ruínas em que ninguém ousou tocar nos primeiros dois anos e meio seguintes, com receio dos novos abalos. Os jesuítas deportados do Pará-Maranhão aproveitaram esse horrível acontecimento para desembarcarem livres em Lisboa. A notícia da catástrofe divulgou-se depressa no estrangeiro. Vários mestres e profissionais europeus viam nisso a oportunidade de oferecer os seus serviços para as obras de reedificação da cidade. Pombal decidiu contratar dois arquitetos que já tinham comprovado grande capacidade profissional. Manuel da Maia, engenheiro-mor do Reino, já estudava o assunto da reconstrução. Foi tomada a decisão de construir sobre os escombros da antiga cidade e das seis plantas traçadas foi escolhida a de Eugénio dos Santos, "arquiteto do Senado da cidade" (Infopedia).

Ao lado destes, contudo, os estrangeiros convidados foram em maior número, entre eles o húngaro Carlos Mardel, arquiteto do aqueduto das Águas Livres.

Todavia, o medo dentro da nação ficou enraizado. O desastre deixou consequências e vestígios inelidíveis.

Necessariamente tudo quanto se projectava realizar ficou atrasado na sua realização e foi preciso que os anos se sucedessem, qua a calma regressasse aos espíritos, que as pessoas perdessem o medo e se dispusessem a acreditar que valia a pena regressar de novo às suas normais actividades (Carvalho op. cit.: 99).

9.1. A nova capital "pombalina"

As consequências do terramoto foram terríveis. O incêndio devastou a Baixa, na Alfama, no Bairro Alto e na zona de Belém foi reparado o que ficou, o resto da cidade foi restaurado no seu sítio histórico, totalmente redefinido, explica França (2003: 122).

Depois da morte de Eugénio dos Santos, a direcção dos trabalhos foi entregue a Carlos Mardel que, falecido, deixou o trabalho a Manuel da Maia. Por causa do condicionamento técnico e económico, foi necessário construir depressa e barato. Pombal assim tornou Lisboa na primeira cidade moderna do Ocidente (ibidem: 123-127).

É interessante ver o significado do nome da Rua Augusta. Este nome

evoca uma autoridade cesárea que, no contexto do pombalismo político, significava a superação dos poderes nobiliárquicos e o reconhecimento da preeminência institucional da coroa (Canaveira 2003: 133).

10. Pombal e a educação

10.1. As reformas do ensino secundário

Segundo Maxwell (1996, citado em Boto, 2010) três foram os objetivos principais da ação pombalina em matéria de ensino: "trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo".

No momento em que D. José chegou ao trono, a maior parte do ensino secundário estava confiada aos jesuítas. Existiam apenas alguns colégios sob a direção dos oratorianos. O latim estava na base de todo o ensino da época. Os jesuítas possuíam nessa altura muitos colégios, não somente no Reino, mas também no Ultramar português, destacando-se pelo número o Brasil. Juntamente com o latim, estudava-se a língua portuguesa, por vezes o grego, uma parte de história e geografia, como também a matemática básica. Estes estudos foram seguidos pelos cursos de humanidades e de retórica. No fim seguia-se o estudo da filosofia, com alguns elementos de física e outras ciências naturais integrados nele. Outra matéria ensinada em quase todos os colégios foi a teologia moral, comumente chamada "casos de consciência". Este curso foi destinado especialmente àqueles que pretendiam seguir a carreira sacerdotal. Outros cursos especiais destinavam-se a formar navegadores, pilotos e cartógrafos, indispensáveis para as expedições ultramarinas, e oficiais do exército. Porém, ao lado destes estudos existiam também os cursos especiais de matemática. Os colégios normalmente eram grandes e com pessoal numeroso, por isso a sua manutenção causava avultadas despesas. Daí a convicção de riquezas possuídas pela Companhia de Jesus (Leite op. cit.: 165-170).

Em seguida, o autor explica quais eram os problemas desses colégios.

Mas a realidade era que os colégios viviam geralmente com grandes dificuldades financeiras e com bastantes dívidas, quer por as fundações serem demasiado pequenas, quer porque, sob a pressão das famílias dos alunos que neles se queriam matricular, se admitiam mais discípulos do que primitivamente estava previsto, obrigando ao desdobramento de classes ou ao aumento destas com as inerentes despesas (ibidem: 170).

Conforme Leite (ibidem: 170-171), todas as classes sociais podiam frequentar os colégios dirigidos pelos jesuítas e o ensino era gratuito. Uma formação moral e religiosa fazia parte das aulas. O número de alunos do ensino secundário nos colégios dos jesuítas foi cerca de 20 mil, ou até mais.

Os oratorianos também foram dedicados ao ensino secundário, particularmente a partir do século XVIII. O seu programa foi semelhante ao dos jesuítas. Os oratorianos

contavam com 3 ou 4 mil de alunos em meados do século XVIII, sendo as suas aulas fundadas e situadas em terras pequenas.

Como se sabe, Pombal odiava a Companhia de Jesus e por alvará régio de 28 de junho de 1759 proibiu-lhe o ensino em todos os domínios portugueses. Segundo Pombal, eles eram culpados pelo "estado de prostração" em que estavam os estudos secundários e superiores no país. Este alvará contém também as normas para a reforma dos estudos secundários (ibidem: 173).

A situação piorou para a Companhia de Jesus em 3 de setembro do mesmo ano quando todos foram presos, desnaturalizados ou expulsos do país.

No início, Pombal favoreceu o desenvolvimento dos colégios dirigidos pela Congregação do Oratório e aprovou os seus livros escolares. Mais tarde, nos anos de 1768 e 1769, o ensino foi também proibido aos oratorianos, acusados de ensinarem conteúdos prejudiciais. Na verdade, não aceitaram as doutrinas regalistas e antipapais que Pombal desejava impor.

Segundo Leite (ibidem: 174), em 6 de julho de 1759 D. Tomás de Almeida, o principal cónego da Sé Patriarcal, foi nomeado Diretor Geral dos Estudos. A sua tarefa foi orientar os novos estudos depois das mudanças introduzidas pelo Marquês. Poucos espaços onde foram situados os antigos estabelecimentos de ensino da Companhia de Jesus continuaram a ser usados.

O mesmo autor escreve (ibidem: 175-176) que os poucos professores recrutados davam aulas em suas próprias casas. Eles existiram quase só em Lisboa, Coimbra, Évora e Porto. Outro problema foi o salário dos professores. Geralmente os pais dos estudantes faziam pagamentos, mas eles também foram poucos e às vezes não cumpriam o prometido. O programa não mudou muito, continuaram a ensinar-se gramática latina, retórica, grego etc. A diferença principal na orientação do ensino foi no carácter mais científico. Uma maior atenção foi prestada ao estudo das ciências físico-naturais e da matemática no Colégio dos Nobres, fundado em 1761, mas aberto cinco anos mais tarde em Lisboa.

Esse estabelecimento escolar teve o objetivo de fornecer aos jovens nobres uma instrução considerada indispensável para o conhecimento da arte da guerra e para futuras atividades bélicas. A maioria dos professores foram estrangeiros, sobretudo italianos. Mais uma vez é visível a possibilidade de intervenção dos estrangeiros em atividades da nação portuguesa durante o período pombalino (Carvalho op. cit.: 112).

Os resultados, porém, foram escassos. Esse colégio elitista foi destinado aos moços fidalgos. A propina anual foi de 120 000 réis. Naturalmente, poucos podiam pagar esta soma, pois, de 1766 a 1772, apenas 47 alunos se matricularam (Leite op. cit.: 178).

A maioria dos descendentes das grandes casas do reino nem antes nem depois do pombalismo chegou a passar pela instituição. Nesse sentido, a criação da instituição constituiu um fracasso relativo (Monteiro 2003: 39).

Outras escolas estabelecidas foram a Aula de Comércio, fundada em Lisboa em 1759 para a burguesia, e a Aula de Náutica, fundada em 1764 no Porto.

Com tudo isso, o ensino secundário passa das mãos da Igreja para o Estado ou para professores laicos. Segundo os Estatutos, no Colégio dos Nobres deu-se uma especial atenção à formação moral e religiosa dos alunos. Afinal, este programa foi muito semelhante ao programa exposto pelos jesuítas e oratorianos (Leite op. cit.: 180).

Uma das consequências foi o número reduzido de sacerdotes, por sendo baixado o nível dos estudos eclesiásticos. Nalguns conventos ainda era possível assistir às aulas de teologia e moral.

Os cursos científicos não foram frequentados no tempo de Pombal, apesar de terem sido contratados vários professores estrangeiros para lecionarem na Faculdade.

Leite (ibidem: 180-181) cita que

[...] o número de alunos da Universidade de Coimbra baixou muitíssimo por altura da reforma pombalina de 1772, apesar de ter sido suprimida a Universidade de Évora.

Uma das causas foi o desinteresse pelos estudos científicos. Outra causa foi a diminuição do número de pessoas que frequentavam os cursos essenciais para a matrícula nas Faculdades universitárias - gramática, retórica, filosofia.

A situação foi muito pior no Ultramar (no Brasil, Angola, Índia e Macau), onde faltaram os professores capazes, provocando que o ensino secundário quase deixasse de existir.

No Brasil a situação foi mais complexa. Os colonizadores, para modificarem a situação da educação brasileira, criaram a lei do "subsídio literário" com o objetivo de conservar os ensinos primário e médio. Tratava-se, na verdade, de um imposto criado em 1772, que incidia sobre a carne, o vinho, o vinagre e a cachaça. No entanto, o subsídio literário nunca foi cobrado com regularidade e os professores ficavam longos períodos sem receber salários. Em síntese, durante o período pombalino a educação brasileira

estava no péssimo estado. O governo pombalino queria divulgar a doutrina cristã e a língua portuguesa entre as crianças índias, atualizar os métodos pedagógicos, modernizar os manuais escolares. A reforma do sistema educacional foi o resultado inevitável da expulsão dos jesuítas, mas os ambiciosos projetos falharam, por um lado, com a insuficiência de indivíduos habilitados e, por outro, com a escassez de recursos quer da Coroa quer da maioria dos pais, sobretudo dos ameríndios. Depois do sistema jesuítico foi difícil organizar o sistema de maneira a chegar próximo deles (Carvalho 2011).⁶

10.2. Como foi reformada a Universidade de Coimbra

A reforma pombalina da Universidade de Coimbra, de 1772, representa a obra mais saliente no âmbito da sua política de renovação do ensino.

De acordo com Gomes (1983: 236), antes de proceder com as reformas, foi criada em 1770 a Junta de Providência Literária para examinar o estado da Universidade e ponderar o que pode ser feito para melhorar a situação. A Junta acabou por elaborar o seu *Parecer* e apresentou-o ao rei, junto com o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. Essa obra exibiu claramente "os estragos" feitos pelos jesuítas.

O reitor da Univesidade continuava ser Francisco de Lemos Faria. Antes de proceder com a reforma foram confirmados os novos *Estatutos* (ibidem: 239). Foram impressos em três volumes.

O primeiro volume (de 252 páginas) ocupa-se da Faculdade de Teologia; o segundo (de 390 páginas), da Faculdade de Cânones e da Faculdade de Leis; e o terceiro (de 271 páginas), dos «Cursos das Ciências Naturais ou Filosóficas», ou seja, da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Matemática e da Faculdade de Filosofia (ibidem: 240).

Aqui vemos que o número de faculdades passou de quatro para seis. A de Matemática e a de Filosofia eram novas (ibidem). A Faculdade de Filosofia foi criada em 1772 com o objetivo de substituir o Curso de Artes, "situado entre os estudos menores" (Leite op. cit.: 178). Somente depois deste curso de Filosofia os alunos podiam escolher e matricular-se numa outra faculdade, com 18 anos nas de Medicina e Teologia e com 16 anos em Cânones e Leis.

Segundo Gomes (op. cit.: 240), além de dados administrativos, os *Estatutos* contêm disposições metodológicas que "apontam geralmente para uma nova concepção de

⁶ Carvalho, Frank V. *O Marquês de Pombal e sua influência sobre a Educação Brasileira no final do século XVIII*. [Consult. 20-08-2014]. Disponível na www: <URL: <http://frankvcarvalho.blogspot.com/2011/06/o-marques-de-pombal-e-sua-influencia.html>>.

ciência". Nesse aspecto reside a novidade trazida pela reforma pombalina. Pombal acompanhou o processo da compilação.

Os novos professores vieram ensinar na Universidade de Coimbra. Em relação aos edifícios adequados para as aulas, foram usados alguns espaços dos jesuítas. Em palavras de Gomes (ibidem: 243), Pombal

aplicou o Colégio que fora dos jesuítas para o Hospital, o Teatro Anatômico, o Dispensatório Farmacêutico, o Gabinete de Física Experimental, o Museu de História Natural e o Laboratório Químico e destinou o terreno do Castelo para o Observatório Astronómico [...]

Ao lado disso foi prevista a criação do Jardim Botânico. No entanto, as aulas foram abertas mas os estabelecimentos científicos ainda não foram construídos. A construção foi atrasada.

Em 1777, o Reitor apresentou à Rainha a *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra*. Entre os dados expostos é o número de alunos que frequentavam cada uma das Faculdades nesse ano. As Faculdades novas, criadas por Pombal, quase não tinham frequência. O número reduzido foi a característica geral de todas as faculdades. Apesar disso, regista-se um número de estudantes suficiente para as necessidades do Estado na Faculdade de Cânones e de Leis.

Como acima foi notado Pombal queria introduzir algo novo no âmbito de ensino. Essas novas orientações do ensino contribuíram para abrir as mentalidades às novas realidades político-culturais. A sua reforma é marcada pelo "espírito experimental" (ibidem: 251) que, com certeza, abriu novos caminhos para as futuras mudanças.

11. A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro

No âmbito da política pombalina que tinha como objetivo estimular a economia e reorganizar o comércio de Portugal, inspirada no mercantilismo e baseada na formação de várias companhias privilegiadas e monopolistas, em 1756 foi criada a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Dada a importância que essa instituição, hoje Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, tem ainda hoje na economia portuguesa e na sociedade em geral, descrevem-se com mais pormenores as suas principais características.

O propósito dela era garantir e promover

[...] a produção e comercialização dos vinhos do Alto Douro e limitar o predomínio e mesmo o controlo desta actividade económica pelos ingleses (Sousa 2003: 42).

Embora não fosse a primeira companhia fundada por Pombal, suscitou mais intensa reação e subiu ataques por parte dos comerciantes ingleses. Ao lado disso, foi aquela que, como refere Sousa (ibidem: 43),

[...] obteve resultados mais profícuos e duradouros, desenvolvendo uma acção contínua e altamente eficaz na defesa da qualidade do vinho do Porto. Foi a que revelou maior duração temporal, quer como companhia majestática dotada de inúmeras prerrogativas, quer como mera sociedade comercial, de tal forma que, sob esta categoria, manteve-se até hoje, conservando a sua denominação e marca comercial.

Contudo, nenhuma outra organização provocou a realização de tantas peças escritas e documentos, a favor e contra da sua existência. Foi o tema inesgotável dos artigos na imprensa nacional e das sessões do parlamento. Instituída por alvará régio de 10 de setembro de 1756, referia-se, segundo Sousa (ibidem: 44),

à política pombalina de nacionalização do sistema comercial português, limitando a supremacia inglesa no sector dos vinhos, como também a crise em que eram os vinhos do Douro desde 1740.

Os fins da Instituição eram seguintes:

sustentar a reputação dos vinhos do Douro, a cultura das vinhas e beneficiar o comércio de tal produto, estabelecendo para ele um preço regular, de forma a evitarem-se os «preços excessivos» que tanto prejudicavam os lavradores como os negociantes, assim como de travar a adulteração dos vinhos estruturais, como sucedia com a «multidão de taberneiros» da cidade do Porto (ibidem).

Para que esses objetivos sejam alcançados, foram determinadas as funções primaciais da Companhia (ibidem: 45):

- a demarcação dos terrenos do Alto Douro em que o vinho de embarque devia ser produzido;
- a qualificação dos vinhos produzidos no distrito da demarcação, de primeira, segunda e terceira qualidades (este último, também designado por *vinho separado*);
- o controlo da genuinidade do vinho de embarque, impedindo a sua adulteração com vinho produzido fora da região demarcada;
- a taxaçoão do vinho de primeira e segunda qualidades, de acordo com o volume da produção e a procura do mercado, de forma a evitar a ruína dos lavradores, mas a garantir, também, o consumo.

A sede da Companhia era no Porto. Os privilégios que tinha eram imensos (fornecia o vinho de consumo às tabernas e a quatro léguas em redor, até tinha o monopólio do comércio de vinhos, vinagres e aguardentes com o Brasil). O capital inicial era enorme: 1 200 000 cruzados, separados em 1200 ações, cada uma de 400 000 réis. Conforme Sousa (ibidem: 45), os acionistas podiam realizar uma parte dessa soma em vinhos e outra em dinheiro, "uma vez que um dos objectivos imediatos da instituição era o apoio aos lavradores mais necessitados do Douro". Uma Junta administrava a Companhia, outros membros eram um provedor, doze deputados e seis conselheiros.

O ano 1756 foi escasso de vinho, por isso a Companhia proibiu a saída de vinhos para Lisboa e outras partes de Reino, no fim de poder abastecer as tabernas no Porto e o seu distrito.

O mesmo Carvalho dedicava-se muito à Companhia, procurava sobretudo desviar os obstáculos e "proporcionar condições favoráveis" ao seu funcionamento nesse clima de extrema revolta, incentivado pela burguesia e aristocracia mercantil, ou seja por todos aqueles que se sentiam prejudicados nos próprios interesses. Era preciso constantemente neutralizar as hostilidades que eram contrárias à Companhia. No entanto, a Companhia estimulou o desenvolvimento da economia não somente do Porto e Alto Douro, mas mesmo do Norte de Portugal. Os ingleses protestavam em maior número "porque dominavam, até então, o comércio dos vinhos do Alto Douro" (ibidem: 52). Os nobres e comerciantes da cidade participavam no comércio, controlo e na venda de vinho.

Os ataques continuaram até 1834, o que mostra que uma grande parte da burguesia envolvida em negócios no Porto não era consciente de que a Companhia tinha sido estabelecida, nas palavras de Sousa (ibidem: 53),

para os favorecer, para lhes dar, afinal, - como a Junta da Companhia do Grão-Pará e Maranhão escreveu em 1756 -, um «grande ramo de negócios que até agora só teve de nosso o nome».

The image shows a table with the title "LUCROS DA COMPANHIA DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO". The table lists years from 1760 to 1774 and corresponding profit values. The values are presented in a columnar format with some irregular spacing and symbols.

Year	Profit
1760	122 643\$229
1761	186 068\$811
1762	99 056\$807
1763	26 906\$565
1764	60 888\$215
1765	119 163\$546
1766	54 530\$417
1767	13 391\$149
1768	2 814\$370
1769	972\$675
1770	\$003
1772	23\$360
1773	73\$470
1774	78\$052

Anexo 3: Lucros da Companhia do Grão-Pará e Maranhão (p. 91)

Borges de Macedo, Jorge. *A situação económica no tempo de Pombal: alguns aspectos*. Lisboa: Morães Editores, 1982.

A companhia foi extinta definitivamente em 1865.

12. A cultura na época pombalina

12.1. O teatro

O teatro na época de Pombal foi influenciado diretamente pelo ministro de D. José. Segundo Duarte Ivo Cruz (2003)⁷ este impacto sobre o teatro e os seus criadores e representantes situa-se em dois planos principais.

De um lado, uma reforma abrangente dos sistemas de censura e de produção e controle do espectáculo em si, de certo modo alimentados pela intensidade do movimento de teatro popular, chamado "teatro de cordel" pela forma algo tosca com que eram editados e vendidos os textos – cerca de 1800 – das peças representadas nos teatros do Bairro Alto, Salitre e da Rua dos Condes em Lisboa e no São João no Porto.

Todavia, é de maior interesse e valor a ligação íntima e direta da política de Pombal com a prática e a doutrina teatral da Arcádia Lusitana⁸, "verdadeira câmara de ressonância, sob a forma de Academia, das reformas e da mentalidade do iluminismo pombalino [...]".

Trata-se de uma dramaturgia por vezes de qualidade mas sempre de rigorosa e segura subordinação a regras estáticas e técnicas de desigual resultado (ibidem).

Os fundadores da Arcádia eram António Dinis da Cruz e Silva, Teotónio Gomes de Carvalho e Manuel Nicolau Esteves Negrão (Cruz 2003: 111).

A ligação doutrinária entre as reformas pombalinas e a Arcádia Lusitana é consensual: reformas político-administrativas, bem como reformas doutrinárias, "a partir de valores que os árcades, na instituição e fora dela, nas obras mas sobretudo nos escritos teóricos, afincadamente defenderam" (ibidem: 105).

Um dos principais dramaturgos desse período, um dos membros da Arcádia, foi Pedro António Correia Garção. Os valores da classe média ascendente, a qual agradava a Pombal, são evidentes nas suas comédias (ibidem: 106-107).

Manuel de Figueiredo foi autor principal das comédias. A característica das comédias foi a valorização da classe média burguesa que se contrapõe à velha aristocracia, como

⁷ Cruz, Duarte Ivo. *O Teatro no período de Pombal: doutrina, prática e ideologia*, 2003. [Consult. 06-06-2014]. Disponível na www: <URL: <http://www.instituto-camoes.pt/revista/revista15i.htm>>.

⁸ A Arcádia Lusitana foi criada em 1756 com o objetivo de combater o "mau gosto" que imperava no século XVII em relação à obra literária poética e implantar um novo gosto estético. Reflete uma nova ordem social apoiada na burguesia, já que os seus membros eram na sua maioria burgueses. Pombal foi um dos grandes protetores da Arcádia Lusitana. A intervenção dos Árcades é evidente em todos os setores da vida cultural portuguesa. *Arcádia Lusitana*. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 14-07-2014]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$arcadia-lusitana](http://www.infopedia.pt/$arcadia-lusitana)>.

afirma Duarte Ivo Cruz (ibidem: 107). Pombal encomendou-lhe três peças politicamente alinhadas: *O Avaro Dissipador*, *O Indolente Miserável ou Castelo de Roldão* e *O Fidalgo da sua Própria Casa*. A tragédia *Inês* (1774) é muito interessante

pele tema e pelas particularidades da ponderação crítica dos limites do poder real e dos riscos políticos justificativos da execução.

Outra sua peça, o *Édipo* (1755) é referida como "parábola do despotismo esclarecido".

A melhor peça, e a melhor tragédia do ciclo árcade é a *Castro*, escrita por Domingos dos Reis Quita. O tema representado é bastante delicado,

a aplicação da justiça por um rei humanista, hesitante por amor ao filho, à amada do filho e aos netos, mas consciente da prioridade do bem comum (ibidem: 108).

António Dinis da Cruz e Silva, segundo Cruz (ibidem: 111), foi "o dramaturgo mais conforme aos ditames expressos ou implícitos pelo Marquês de Pombal". Deixou só uma peça de teatro, *O Falso Heroísmo* (1775) que representa a luta do Marquês de Pombal "contra a velha aristocracia e o reconhecimento de uma nova nobreza".

Das peças teatrais *A Sobrinha do Marquês*, representada por Garrett, merece uma atenção particular. O acontecimento central é a morte de D. José com a qual iniciou o enfraquecimento de Pombal. A estética da peça é romântica, mas o conteúdo é claramente político na elaboração da personagem do Ministro, bem como na justificação, alheia e própria, do seu modo de governar. As principais características da peça são a autojustificação e a autocrítica de Pombal entre a dureza da sua ação pública e o empenho com que queria modernizar o país.

Garrett compreendeu, interpretou e modernizou no plano ideológico e no plano doutrinário as reformas estruturais de Pombal, revistas à luz do liberalismo, e as reformas estéticas e doutrinárias da Arcádia Lusitana vistas à luz do romantismo [...] (ibidem: 103)

Em 5 de abril de 1768 foi criada a Real Mesa Censória, "destinada a exercer a censura a espectáculos e publicações". As penas previstas iam de meses de cadeia até anos de exílio para Angola (ibidem: 104).

De acordo com a mesma fonte (ibidem), Pombal estava atento ao teatro e era obviamente consciente da importância social e cultural do espectáculo, "numa época em que o chamado Teatro de Cordel produziu para cima de mil e quinhentos títulos representados".

Em suma, todos estes dramaturgos deixam-nos uma obra de muito interesse e qualidade, mas que, "mais do que o valor estético em si, fica como impressionante documento de uma época, de uma política e de uma mentalidade" (Cruz: 2003).

Arcádia Lusitana extinguiu-se em 1764 mas o espírito árcade prolongou-se até aos meados do século XIX.

12.2. A música sacra

Durante o período em que reinava D. José I a ópera em Portugal prosperava e era considerada instrumento de propaganda do poder régio, contemporaneamente à secularização da vida cultural e política, afirma Fernandes (2003: 87).

A superioridade da ópera foi interrompida de repente pelo terramoto de 1755 que devastou o edifício de Ópera do Tejo. Pombal não decidiu sobre a sua reedificação e assim a ópera passou a ser apenas um modo de distração nos teatros régios, para um número mais pequeno de pessoas, numa zona periférica. Simultaneamente, a música sacra era já de tal modo enraizada na sociedade e até independente em frente das tentativas de secularização do Estado.

[...] a música sacra foi provavelmente a área musical mais determinante em Portugal na segunda metade do século XVIII, atingindo um alcance muito mais amplo do que a ópera junto dos diferentes estratos da sociedade (ibidem).

A Capela Real e a Igreja Patriarcal davam o principal suporte à música sacra no século XVIII, apesar de funcionarem em templos diferentes depois da catástrofe que assolou a capital portuguesa. Os cantores foram contratados ao mesmo tempo para os teatros régios e para a Capela Real, pelas razões de economia, mas também para fornecer o funcionamento regular da música associada ao cerimonial litúrgico, refere Fernandes (ibidem: 88-89).

Vários cantores chegaram da Itália para servirem na Capela Real. Os melhores deles foram escolhidos para cantarem nos teatros.

O objetivo principal da música sacra era, segundo Fernandes (ibidem: 90),

[...] garantir a música nas cerimónias de culto de acordo com as convenções impostas pela liturgia. A produção e a circulação de partituras eram ditadas por imperativos de consumo imediato que visavam situações concretas.

Em 1752 D. José contratou David Perez que se destacou pela produção de mais variadas obras. Escreveu 14 óperas para Lisboa. Depois de 1755, Perez dedicou-se à produção da música sacra, com grande número das suas partituras preservadas nos arquivos:

[...] 83 peças no Arquivo da Sé de Lisboa, 70 peças no Fundo do Seminário da Patriarcal na Biblioteca Nacional, 29 no Arquivo da Sé de Évora, 11 em Viseu - a lista está longe de ser exaustiva (ibidem: 91).

A sua obra *Matutini dei Morti* ainda se interpretava na capital setenta anos depois da sua morte – tal foi a influência de Perez.

No final da década de 1760 começa a verificar-se a mudança de gosto em relação à ópera. De acordo com a mesma autora, desde então prefere-se a ópera *buffa* e as obras de Niccolò Jommelli.

D. José contratou esse compositor em 1769. De acordo com o contrato, Jommelli comprometia-se a enviar "todos os anos para a Corte portuguesa uma ópera séria e uma ópera *buffa*, mas também um certo número de obras religiosas" (ibidem: 93).

Os principais compositores ativos em Portugal na segunda metade do século XVIII expressavam-se na área da música sacra, tal como no domínio da música dramática. Alguns deles foram João de Sousa Carvalho, o qual em 1778 substituiu David Perez como professor de música dos infantes e como compositor da Real Câmara, João Cordeiro da Silva, José Joaquim dos Santos, um dos mais talentosos autores de música sacra desta época etc.

O Seminário da Patriarcal, criado em 1713 por D João V, era a principal escola de música em Portugal antes de 1835, o ano em que foi fundado o Conservatório. Era responsável pela formação musical de muitos compositores portugueses no âmbito da música sacra, mas também por vários músicos (principalmente organistas e cantores) que "ocuparam cargos na Corte, na Patriarcal e noutras instituições religiosas do país". Alguns deles até foram aperfeiçoar os seus estudos na Itália e depois tornaram-se professores.

De tudo isso que vimos, Fernandes (op. cit.: 95) conclui que

[...] Pombal parece não se ter preocupado em intervir na área do ensino da música que continuou confinado à esfera religiosa.

A música erudita não era destinada só à Corte. Além da Patriarcal e das grandes igrejas, alguns mosteiros e conventos abriam também as suas portas para que o povo pudesse assistir aos serviços religiosos por ocasião das festas de maior devoção ou concertos.

O número de atividades era vasto e a música tinha os seus patrocinadores, individuais e coletivos. Um dado interessante é que o repertório profano era raramente interpretado. Os membros da alta sociedade contratavam músicos para as ocasiões religiosas, nas suas quintas e palácios. Algumas instituições como as Alfândegas, o Concelho da Fazenda, o Senado da Câmara também convidavam os músicos.

No que diz respeito à interpretação das peças musicais, Fernandes (op. cit.: 97) refere o seguinte:

A maior parte do repertório religioso setecentista destinava-se a coro, solistas e órgão (baixo contínuo), sendo a orquestra ou os grupos instrumentais de dimensões reduzidas reservados aos grandes momentos do calendário litúrgico ou às festas mais solenes.

Com isso a música sacra, parte inseparável dos cerimoniais religiosos, ocupou, paradoxalmente, um papel decisivo na prática de sociabilidade setecentista. Antes a ópera e outras situações de carácter laico possuíam essa dimensão de interação social e exibição que agora foi assumida pela festa religiosa.

É preciso mencionar um outro compositor português de estilo predominantemente barroco: Carlos Seixas. O seu pai, Francisco Vaz, foi organista da Sé Catedral de Coimbra. A sua carreira desenvolve-se depressa. Segundo os dados da Infopedia,

ainda adolescente, foi convidado a ocupar o lugar do pai, após a morte deste, mas pouco tempo depois foi para Lisboa exercer o cargo na Sé Catedral de Lisboa, passando mais tarde a vice-mestre da Capela Real.⁹

Domenico Scarlatti, o mestre na altura, estimou-o muito como músico e professor de música, elogiando-o constantemente. Exerceu também o cargo de professor de cravo de famílias nobres que frequentavam a Corte.

O seu estilo é marcado como invulgar e de grande sentido estético. Infelizmente, a maior parte das suas composições desapareceram, uma parte delas provavelmente no terramoto, mas um número considerável ainda se mantém guardado nas bibliotecas da Universidade de Coimbra, da Ajuda e da Nacional, em Lisboa.

No que diz respeito as suas obras, compôs principalmente peças de música sacra, sonatas e tocatas, para órgão, cravo e instrumentos de corda. O legado de Carlos Seixas é considerado um valioso contributo para o espólio do Barroco europeu.

⁹ Carlos Seixas. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 27-05-2014]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$carlos-seixas](http://www.infopedia.pt/$carlos-seixas)>.

13. A reconstrução da capital

13.1. A vida quotidiana no período da modernidade

Nos anos antes de terramoto a população de Lisboa aumentou de modo considerável. Em palavras de Veiga (2003: 167),

existiam ruas nas quais os residentes não se conheciam. Entre o início do século XVI e 1755, a população urbana mais que triplicou, embora esse processo fosse diverso nas várias zonas da cidade.

Apesar de ser conhecida como uma cidade luminosa, o seu interior era repugnante em vários aspetos. O horrível cheiro das valetas, ruas cheias da poeira, o engarrafamento a certas horas devido a grande número das pessoas apressadas nas vias estreitas e tortuosas, tudo isso caracterizava a capital de Portugal. Nos finais do século XVIII a cidade começou a desenvolver-se. Algumas antigas residências foram restauradas. Todavia, alguns problemas não eram resolvidos (ibidem: 168). A qualidade de vida era péssima numa cidade suja e sem infraestruturas básicas. A vida passava-se na rua. O barulho era insuportável. Entre tantos destacavam-se os sons da guitarra, a música nas tabernas, os uivos de cães, os gritos humanos nas trevas.

O ranger das rodas, o barulho dos cascos de animais, o confuso cruzar de gentes de múltiplas cores, raças e dialectos, os cheiros a pão cozido, a sardinhas assadas e a castanhas (ibidem: 167).

Um dos graves problemas sociais era o aumento progressivo de vagabundos e mendigos, o outro, a questão da insegurança. Lisboa era uma cidade violenta, com o policiamento inoperante e sem qualquer sistema da iluminação das ruas (ibidem: 169). Era imprescindível construir uma rede de esgotos e de abastecimento de água. Com isso, o povo não adotava hábitos de higiene. As ruas eram em mau estado a causa da circulação de diligências.

No que diz respeito à construção, a sua qualidade era má na maioria dos casos. As fachadas dos edifícios urbanos comuns eram globalmente simples, com poucas decorações e "só algumas paredes exteriores eram enfeitadas com azulejos" (ibidem: 171). As janelas que ficavam rentes ao chão tinham grades de segurança. A reconstrução da cidade depois do terramoto aumentou a diversidade interna, "reflectida no contraste entre os bairros novos e os poupados pela catástrofe". Os novos quarteirões, separados por ruas direitas e largas, exibiam casas com varandas, janelas de vidro e andares cómodos. Nas ruas secundárias o aspeto era pior, mas ainda melhor do que nos bairros antigos.

A situação foi agravada pelos fluxos migratórios nos séculos XVIII e XIX. A margem do rio permaneceu o centro de comércio, o lugar de instalação para as estalagens e hospedarias, as casas de comida, lá foram estabelecidos os hospitais, como também as instituições do poder régio e local (ibidem: 172).

As comunidades estrangeiras, formadas pelos comerciantes, diplomatas, mercadores, pessoas ligadas ao ensino e à banca, alargavam o quadro social da capital portuguesa nos anos seguintes. Além deles, é notável o fluxo migratório nacional, sobretudo da região do Minho. Os criados e os escravos, um grupo com forte expressão numérica, junto com os mendigos, os vagabundos e os presos faziam parte do setor marginal da sociedade. Os pedintes sobreviviam da caridade privada. Uma sopa diária era fornecida pela ação eclesiástica, a assistência médica era prestada em alguns conventos e mosteiros àqueles que não conseguiram curar-se nos hospitais públicos. Das casas ricas recebiam esmola e sopa em certos dias da semana, das casas humildes moedas ou pão. As medidas tomadas não podiam deter o aumento de pedintes, e eles continuaram a viver nas ruínas e nos estragos que resultavam do terramoto. Nas cadeias as condições eram ainda piores e a consequência inevitável era a mortalidade elevada (ibidem: 173-177).

13.2. O Palácio dos Carvalhos outrora e hoje

O edifício hoje conhecido como Palácio Pombal é apenas parte de um extenso conjunto palaciano, atualmente na posse de diversas entidades. Sebastião de Carvalho e Melo, avô do futuro Marquês de Pombal, construiu o palácio no século XVII. O palácio

apresentava uma extensa implantação em L, constituindo-se em quatro núcleos edificados que se articulavam com um cenográfico jardim em patamares (Miranda; Janeiro 2003: 143).

Por várias razões, as estadias de Carvalho e Melo no palácio foram muito raras. O palácio foi abandonado depois do terramoto e durante os anos seguintes foi objeto das obras para a recuperação e o alargamento. Em 1769 Carvalho e Melo foi contemplado com o título de marquês, o que também o levou a fazer obras de alargamento do palácio. Notam-se as luxuosas decorações de estuque, ao gosto rococó, concebidas pelo artista milanês Giovanni Grossi. O edifício subiu várias transformações ao longo dos tempos, mudando o seu uso e adaptando-se a diferentes funções. Depois de 1859 iniciaram-se as primeiras partilhas do palácio (ibidem: 145-148).

13.3. Passeando pela cidade de Lisboa

Conforme Le Cunff (2003: 179), por iniciativa do Marquês de Pombal, institucionalizou-se em Portugal a prática de passeio num espaço arborizado, particularmente concebido para o efeito. A projeção do Passeio Público, entre 1764 e 1771, no âmbito da reedificação da Baixa lisboeta, constitui a primeira expressão, no país, do desejo de um parque público. Na altura os parques foram frequentemente integrados na reconstrução das cidades europeias influenciadas pelas Luzes. "A natureza penetra na cidade pela mão dos passeios públicos" (ibidem).

A plantação de árvores desempenha um papel importante, sendo estas integradas nos planos de reconstrução das cidades porque iam ao encontro de ideias filosóficas e estéticas propostas pelo movimento das Luzes. Outra possibilidade dada pelo Passeio foi o encontro das classes sociais diversas e a sua mútua aceitação (ibidem: 181).

No fim de setecentos e no início do século XIX, o Passeio Público do Rossio não conseguiu impor-se como centro de sociabilidade dos lisboetas. As razões disso eram várias. De um lado, falava-se da sua fraca qualidade estética e da sua desadequada integração paisagista. O horário do seu funcionamento também foi criticado. Por outro lado, o insucesso pareceu proceder da lenta progressão das obras de reconstrução da cidade, após o terramoto de 1755, que tornava difícil o acesso àquele espaço.

A fraca adesão a esta iniciativa residia também no facto de que, na sociedade portuguesa, não existia o hábito e o gosto de passear num espaço previsto para o efeito (ibidem).

Só a partir da segunda metade do século XIX, o Passeio Público tornou-se o local de encontro da sociedade lisboeta. O público afluía a causa da grande oferta de divertimentos, principalmente durante as noites de verão. Além dos concertos, organizavam-se fogos-de-artifício, festas temáticas (festa chinesa), espetáculos acrobáticos, bailes infantis e, em particular, festas de beneficência (ibidem).

No fim do século XIX, o Passeio Público foi sacrificado para se construir no seu lugar a Avenida da Liberdade.

Esta, conforme o projecto do então engenheiro-chefe da CML, Frederico Ressano Garcia, devia ser completada por um parque a construir nos terrenos livres a norte da Rotunda do Marquês de Pombal (ibidem: 182).

É provável que Paris serviu de modelo a Lisboa. A abertura de uma avenida ajardinada e arborizada na capital portuguesa, combinada com a construção de um parque, remete para o sistema dos jardins parisienses, nesse período considerados "como o paradigma da modernidade na arte dos jardins urbanos" (ibidem: 184).

Em 1887, a Câmara Municipal de Lisboa resolveu abrir um concurso internacional destinado a escolher um projeto paisagístico digno da Avenida da Liberdade. O concurso do Parque da Liberdade foi um sucesso, de um lado pelo número de participantes e do outro pela experiência profissional de alguns deles. Apesar da carência de técnicos habilitados nacionais na área, profissionais de vários países, da Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália, Inglaterra, Mônaco, Suíça e até da Rússia participaram no concurso. Portugal foi representado no mesmo concurso pelos horticultores portuenses e engenheiros civis. Por várias razões a execução do Parque da Liberdade, que mudou o nome para Parque Eduardo VII em 1903, por altura da visita do rei homónimo de Inglaterra, foi adiada quase meio século, mas manteve-se como principal jardim da capital durante mais de um século. Afinal, foi inaugurado em 1932 (ibidem: 183-185).

13.4. Um lugar de lembranças

Todos estes monumentos e sítios da cidade de Lisboa que representam património cultural pombalino fazem parte da vivência quotidiana e da memória como características da identidade coletiva. Eles constituem os verdadeiros símbolos nos quais confluem o presente e o passado e têm um notável significado. A sua presença é sentida constantemente (Carvalho 2003: 187).

A ideia do projeto de Ressano Garcia que foi aprovado consistia em abrir uma avenida que terminaria numa rotunda, com vários acessos. Ao lado da avenida, o projeto enquadrava também a rotunda, as avenidas a ocidente e a oriente e o parque a norte. Apenas em 1899 o arranjo urbanístico e a edificação formal da praça foram concluídos. Ao lado disso, no início do terceiro quartel de oitocentos, surgiu a ideia de se erguer um monumento a Sebastião José de Carvalho e Melo, porém, ela tomou forma concreta apenas em 1882,

quando o Parlamento autorizou o Estado a fornecer o bronze necessário para a sua realização (ibidem: 189).

Três anos depois da proclamação da República em 1910, foi finalmente lançado o concurso público

para a idealização do monumento de homenagem ao Marquês, apesar de algumas vozes o quererem substituir por um monumento à República, que consideravam mais consentâneo com os tempos que então se viviam. Dos catorze projectos apresentados em 1914, só quatro foram aprovados e apenas um deles teve a preferência do júri, presidido pelo professor e director da Escola de Belas Artes, o arquitecto Luís Monteiro [...] (ibidem).

O escultor Francisco Santos foi seleccionado para conceber e elaborar um monumento único e grandioso ao insigne estadista.

Conforme Carvalho (ibidem: 190), o monumento foi inaugurado em 1934 pelo Ministro das Obras Públicas, engenheiro Duarte Pacheco. Estava assim concluída uma ideia com quase oitenta anos e um projeto com quarenta. A estátua tem trinta e seis metros de altura e a figura do Marquês quase dez metros. Esta obra é um conjunto escultórico de invulgar beleza, que relata a importância do papel de Pombal na história da sociedade portuguesa.

A rotunda, posta no terreno do final da Avenida, permitia o desenvolvimento da cidade para norte, sendo o ponto de entrada na cidade. Em pouco tempo passa da designação genérica de rotunda para Praça do Marquês de Pombal. Em torno dela crescem em altura os bairros residenciais (ibidem: 194-199).

O arquiteto Alfredo de Assunção Santos em 1964 propõe a construção do Hotel Marquês de Pombal. O Hotel está localizado na Avenida da Liberdade, ao lado da principal estação de metro da cidade – Marquês de Pombal (Teixeira 2003: 202).

Atualmente quase nada resta dos edifícios iniciais e dos pequenos jardins. A Praça moderniza-se e acolhe os serviços em vez da habitação. A Feira do Livro, acontecimento cultural que durante maio e junho atrai muitas pessoas, mudou-se da Avenida para o Parque Eduardo VII (Carvalho op. cit.: 196).

14. O fim da vida

O rei morreu a 12 de novembro de 1776. Os factos pouco a pouco anunciavam que o reinado pombalino iria acabar. O estado financeiro de Portugal foi bastante grave. O tesouro dissipou-se em despesas inúteis, como o teatro lírico, o passatempo preferido do rei, as touradas, outra distração favorita do soberano. Pombal foi considerado responsável duma maneira, afirma Azevedo (ibidem: 337).

O ministro que, para tranquilamente exercer o poder despótico, precisava lisonjear os gostos do amo, assentia em tudo isto.

Para a política internacional, D. José não existia. Era a entidade simbólica em nome de quem um homem de universal fama manifestava os seus intuítos e vontades. Nas cortes estrangeiras falava-se no rei somente a propósito da aventura dos Távoras (ibidem: 323).

Os soldados, sem serem pagos, pediam esmola nas ruas. O novo Governo enfrentou logo o problema de finanças públicas. A fazenda pública estava em condições péssimas. "No paço, a certos criados deviam-se catorze anos de salários" (ibidem: 352).

O povo, pela primeira vez depois tantos anos, exprimia as suas queixas nas ruas, sem medo da repressão. De toda a parte vinham credores, que no tempo do governo pombalino jamais ousariam pedir a devolução de empréstimos. Tantas vítimas testemunhavam contra o déspota e acusavam-no de ter defraudado o rei e o povo. Pombal tentou explicar os meios pelos quais tinha adquirido a sua fortuna. Os credores reclamavam as prestações. Para defender-se de numerosas imputações decidiu escrever apologias, ou como ele mesmo diz

sobre cada uma das calúnias que a ingratidão e a inveja espalharam contra mim no grande povo de Lisboa depois da minha ausência (ibidem: 364).

Estes escritos na aparência foram dirigidos aos filhos, mas na verdade eram "destinados a serem vistos pelas pessoas influentes, pelos ministros e pela rainha [...]" (ibidem: 365).

Quando a rainha D. Maria I, filha do rei D. José, assumiu a regência, os novos atos tinham como alvo renegar o passado. Educada na tradição católica e cercada por membros da velha nobreza, D. Maria procurou anular gradualmente a política de Pombal. A essa política de D. Maria I, dá-se o nome de "Viradeira". Centenas de prisioneiros foram soltos. Eles contavam a vida nas prisões, de como foram encerrados sem provas, como sofriam da brutalidade dos carcereiros. Contudo, algumas medidas da administração de Pombal foram mantidas, como, por exemplo,

a participação de membros da burguesia nos negócios do Estado e os estímulos à educação e à ciência, com a criação de vários órgãos e instituições voltados para a pesquisa científica.¹⁰

Ao ver que o seu fim estava perto, Pombal requereu à rainha a demissão em 7 de fevereiro. O decreto de 4 de março, com o qual foi aceite a sua demissão, conservou-lhe os honorários de secretário de Estado. "Mas nem uma palavra de apreço ou reconhecimento de tantos serviços" (ibidem: 346)!

O desejo de Carvalho foi retirar-se à sua quinta de Pombal para passar nesse lugar o restante de sua vida. "Mas mesmo ali, a vingança, a calúnia, as falsas denúncias vão perseguir o ancião gravemente enfermo, atormentado, torturado, injustiçado" (Franchini-Netto op. cit.: 58). Ele, que representava uma figura política do mais alto prestígio agora estava no estado da humilhação. Chegado ao seu antigo solar, agora abandonado, encontrava-se no péssimo estado. Todos os criados o deixaram, até a sua filha Maria Francisca. Segundo Azevedo (ibidem: 350), ficou com "a memória amarga do passado grandioso e feliz".

Em contraste com a grande representação política, o seu modo de viver foi modesto. Depois do terramoto, residiu sempre numa barraca. Tinha poucos criados. Em 1766 andava em Lisboa na mesma carruagem em que, dezasseis anos antes, fez as jornadas de Viena (ibidem: 325). Porém, nenhuma honra julgava em demasia para os próprios atos.

Outro seu ato de atrocidade foi o incêndio da Trafaria, executado em 1777, onde se refugiaram alguns refratários. Por ter sido difícil apanhá-los naquela aldeia pobre, Pombal ordenou que se lançasse fogo a essa povoação de pescadores. Justificou o ato dizendo que esse lugar era cheio de criminosos, os pescadores não pagavam os tributos, por isso o rei, para os punir, ordenou que se arrasasse a povoação. Querendo promover a povoação da nova sede da indústria da sardinha a Vila Real de Santo António, mandou destruir pelo fogo a de Monte Gordo, na qual residiam os barqueiros e pescadores, obstinados em não se transferirem à vila (ibidem: 327-332).

No espaço do seu governo encerrrou muitos adversários. Por causa disso, D. Maria I mandou realizar uma sindicância aos seus atos. Exilado em Pombal, nesse tempo já sofria da lepra. Apesar da sua doença, precisava de participar nos interrogatórios sobre os atos despóticos e irregulares da sua administração. Afinal, renunciou à sua habitual altivez e, em frente dos juízes atónitos, "apelou para a régia clemência, suplicando perdão, e assentindo nas culpas de que lhe faziam cargo". O que surpreendeu todos foi

¹⁰ *Marquês de Pombal - Era Pombalina*. [Consult. 20-08-2014]. Disponível na www: <URL: <http://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/marques-de-pombal-era-pombalina>>.

que se defendeu atribuindo responsabilidades ao rei D. José I (ibidem: 373-375). O déspota simplesmente procurou rejeitar toda a responsabilidade. "Uma a uma, cada vítima da sua feroz política o tinha sido por vontade do rei, ou regular decisão dos juizes" (ibidem: 375).

Na sua casa em Pombal foi interrogado pelos juizes, entre 11 de outubro e 15 de janeiro, no auge da doença. Os juizes não conseguiram penetrar no mistério das prisões onde reinava o terror pombalino. Muitas das violências executadas ocorreram sem processo. Os interrogatórios gastavam toda a energia que lhe tinha sobrado.

Pelo decreto de 16 de agosto de 1781 Pombal foi declarado "réu e merecedor de um exemplar castigo". Mas a rainha, em atenção às doenças e à idade, mostrou a compaixão, o que causou grande espanto no povo. Confirmou o desterro mas perdoou-lhe as penas corporais. A soberana provavelmente esperava que a morte de Pombal se antecipasse à sentença. O grande ministro, que fundou um moderno Estado secular numa das nações mais atrasadas da Europa do Século das Luzes, faleceu a 8 de agosto de 1782 (ibidem: 386-387).

Em 1907 foi erguido o busto do Marquês de Pombal, que se encontra no Jardim Municipal da cidade de Pombal. Os restos mortais de Sebastião José de Carvalho e Melo foram transportados para a Igreja da Memória em 1923, por iniciativa do 5.º Marquês de Pombal.

Na Biblioteca Municipal de Pombal existe uma seção especial para pesquisas com documentos relacionados a Pombal e sua época: a Sala Marquês de Pombal.

Em 13 de maio de 1982, por ocasião do II Centenário da morte do grande estadista, a Câmara Municipal de Pombal inaugurou oficialmente o Museu Marquês de Pombal dedicado à figura e obra de Carvalho e Melo.¹¹

¹¹ *Relação de Pombal com o Marquês depois da sua morte*. [Consult. 06-06-2014]. Disponível na www: <URL: http://www.cm-pombal.pt/conhecer_pombal/about_pombal/historia_marques3.php>.

15. A conclusão

Este trabalho apresenta as etapas e as atividades mais significativas da vida do famosíssimo ministro do rei de Portugal D. José I, o Marquês de Pombal. Os capítulos abordam o início da sua vida e carreira, expõem a sua ascensão na escala política, as reformas feitas durante o seu governo, a vida em Lisboa na época do Iluminismo, como também as suas relações com a sociedade, especialmente com a nobreza e a Companhia de Jesus, para acabar com a morte na miséria e solidão.

É interessante ver a primeira parte da sua vida, na qual tinha problemas em ganhar confiança do rei D. José V. Trabalhou como diplomata em Londres e depois em Viena, onde ganhou experiência observando as maneiras estrangeiras de governar. Talvez por ter passado tantas dificuldades durante o período das missões diplomáticas é que Pombal, uma vez chegado à posição da alta poder, não podia saciar o desejo de controlar todos os aspetos da sua nação, favorecendo e melhorando uns, mas prejudicando outros elementos da sociedade.

A famosa carreira pombalina começa quando é nomeado secretário de Estado do Reino do rei D. José I, posição que hoje corresponderia à do primeiro-ministro. Nos 27 anos da sua predominância na cena política tomou muitas decisões de envergadura histórica, em várias áreas. As reformas importantes que fez pela sua nação, a energia com a qual cumpriu várias tarefas, o seu modo de proceder depois do terramoto de 1755 contrapõem-se aos atos terríveis com os quais removeu os seus inimigos e quase todos que não partilhavam as suas ideias.

Falando de Pombal, é preciso salientar três aspetos na sua vida. O primeiro é a relação com os jesuítas, o segundo apresenta a relação com a nobreza. O que ambos têm em comum é o poder que tinham na sociedade mas que Marquês constantemente via como se fosse uma ameaça. Por isso, resolveu eliminar a Companhia de Jesus em Portugal e executou os membros da nobre família dos Távoras. Porquê o fez? Por não poder tolerar nenhuma aspiração ao poder, além da sua.

Apesar de ter sido cruel nessas situações, mostrou-se criativo, capaz e determinado depois da catástrofe do terramoto, possuindo uma firmeza enorme em acudir a reconstrução de Lisboa. Fez tudo para proteger os habitantes e para tornar a vida no estado normal o mais rapidamente possível.

Reformou os estudos secundários e introduziu novidades na Universidade. Fundou a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro com o objetivo de proteger os autênticos vinhos do Porto. Apesar de ter subido numerosos ataques por parte dos comerciantes ingleses, não hesitou.

Além disso, é imprescindível destacar as reformas que fez na sua mais rica colônia, a do Brasil. Estimulou a cultura de algodão, açúcar e tabaco e proclamou a liberdade dos índios.

No fim da vida, abandonado e sofrendo de lepra, devia responder aos interrogatórios sobre os inexplicáveis castigos e o terror efetuado por ele próprio. Morreu na idade de 83 anos.

A resposta à pergunta do início deste trabalho, como é que esse homem invulgar é percebido hoje e qual é a opinião generalizada sobre a sua figura, não pode ser simplesmente branca ou preta. Como já foi explicado, a ação de Pombal é demasiado ampla para ser caracterizada simplesmente como próspera ou funesta. A sua personagem é demasiado complexa para ser caracterizada como boa ou má.

Eugénio dos Santos (op. cit.: 75) afirma que

a personalidade de Sebastião José de Carvalho e Melo se transformou num novo labirinto de «leituras» possíveis. Na verdade, quantas figuras e modelos de acção pública foram mais analisadas, discutidas, louvadas ou vituperadas do que a do Marquês de Pombal? Ele transformou-se numa espécie de paradigma de uma época em mudança rápida, de rosto visível de um Estado que, a todo custo, tentava incorporar os efeitos das Luzes (da Boa Razão) que abalavam, por vezes em tempestade, os fundamentos da sociedade tradicional.

Pombal constitui "uma espécie de símbolo da pretendida renovação" (ibidem: 76). Porém, esta verificou-se, por vezes, à custa de violências, de uma frieza e determinação quase cruéis, "embora exercidas em nome da Razão e dos Direitos do Estado". Por isso mesmo, foi chamado um "paradoxo do iluminismo". A sua ação de estadista é recordada por ter sido o político que reforçou o poder do Estado. Uma parte do povo admirava a sua capacidade de governar, outra parte odiava-o. Foi temido por muitos.

O legado de Pombal é grande para a nação portuguesa e o seu governo deixou marcas indeléveis que ainda hoje dão para pensar. A sua grandeza é visível passeando pela cidade de Lisboa onde encontramos tantos monumentos erguidos à sua honra.

Independentemente de ter sido bom ou mau governante, foi claramente déspota, disposto a tirar de seu caminho todos que lhe impedissem alcançar os seus alvos, na luta do Estado português para voltar a ser a grande nação da época dos descobrimentos. Todavia, foi também um reformador e, principalmente, o precursor do Portugal moderno que deve ser compreendido e explicado no contexto da sua época e nos limites territoriais onde foi exercida a sua ação.

O que se pode concluir é que esse governante apresenta ainda uma faceta enigmática. Embora pareça que já tudo foi dito sobre o tema, ainda restam muitas coisas para serem descobertas.

16. Bibliografia

16.1. Livros:

Azevedo, J. Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. Lisboa: Alfarrábio, 2009.

Borges de Macedo, Jorge. *A situação económica no tempo de Pombal: alguns aspectos*. Lisboa: Morães Editores, 1982.

Como interpretar Pombal: No bicentenário da sua morte. Lisboa: Edições Brotéria e Porto: Livraria A. I., 1983. (Capítulos: Gomes, Joaquim Ferreira. *Pombal e a Reforma da Universidade*: 235-251; Leite, António. *A ideologia pombalina*: 27-54; Leite, António. *Pombal e o Ensino Secundário*: 165-181)

Franchini-Netto, M. *O Marquês de Pombal e o Brasil: contribuição às comemorações do segundo centenário da morte do Marquês de Pombal*. Rio de Janeiro: Sociedade Educadora Pedro II, 1981.

O Marquês de Pombal e o seu tempo: Tomo 1 / Coordenação de Luís Reis Torgal e Isabel Vargues. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1982.-1983. (Capítulos: Carvalho, Rómulo de. *O recurso a pessoal estrangeiro no tempo de Pombal*: 91-115; Castro, Armando de. *A política económica do Marquês de Pombal e a sociedade portuguesa do século XVIII*: 41-49; Santos, Cândido dos. *António Pereira de Figueiredo, Pombal e a Aufklärung*: 167-203; Santos, Maria Alcina R. C. Afonso dos. *A vida pública de Sebastião José de Carvalho em Viena de Áustria (1744-1749)*: 29-39; Scheidl, Ludwig. *Breves apontamentos sobre as reformas públicas na Áustria no período da missão diplomática de Sebastião José de Carvalho e Melo em Viena (1744-1749)*: 19-27)

16.2. Artigos:

Camões. *Revista de Letras e Culturas Lusófonas* 15-16 (Janeiro-Junho 2003) (Artigos: Araújo, Renata. *A Razão na Selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia*: 151-165; Canaveira, Manuel Filipe. *Plano [de Lisboa] que sua majestade mandou...*: 128-140; Carvalho, Gabriela. *Marquês de Pombal – uma rotunda, uma praça, um lugar de memória(s)*: 187-196; Couto, Jorge. *O Brasil pombalino*: 53-74; Cruz, Duarte Ivo. *O Teatro no período de Pombal: doutrina, prática e ideologia*: 102-116; Cunff, Françoise Le. *Do Passeio Público ao Parque da Liberdade*: 179-186; Fernandes, Cristina. *A música sacra no período pombalino*: 87-101; França, José-Augusto. *Reflexão sobre a Lisboa de Pombal*: 117-127; Miranda, António; Janeiro, Helena Pinto. *O Palácio dos Carvalhos da Rua Formosa*: 143-149; Monteiro, Nuno. *Pombal e a aristocracia*: 34-41; Santos, Eugénio dos. *Pombal e os oratorianos*: 75-86; Sousa, Fernando de. *O Marquês*

de Pombal e as conturbadas origens da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1757): 42-52; Teixeira, José de Monterroso. Rotunda do Marquês: «a cidade em si não cabia já» ou a monumentalidade (im)possível: 198-210; Veiga, Teresa. Os quotidianos da vida na Lisboa dos séculos da modernidade: 166-178; Vicente, António Pedro. Marquês de Pombal: um governante controverso: 17-21)

16.3. Fontes eletrônicas

A Era do Marquês de Pombal e seus efeitos sobre o império lusitano. [Consult. 27-05-2014]. Disponível na www: <URL: <http://meuamapanahistoria.blogspot.com/2013/06/a-era-do-marques-de-pombal-e-seus.html>>.

A influência de Sebastião José de Carvalho e Mello em terras de Pombal. [Consult. 30-04-2014]. Disponível na www: <URL: http://www.cm-pombal.pt/conhecer_pombal/about_pombal/historia_marques4.php>.

Angelo, Vitor Amorim de. *Período pombalino: Administração de Pombal deixou marcas*, 2007. [Consult. 21-08-2014]. Disponível na www: <URL: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/periodo-pombalino-administracao-de-pombal-deixou-marcas.htm>>.

Boto, Carlota. *A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade*, 2010. [Consult. 2014-08-28]. Disponível na www: <URL: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a06.pdf>>.

Camões. *Revista de Letras e Culturas Lusófonas 15-16* (Janeiro-Junho 2003) Disponível na www: <URL: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/revistas-e-periodicos/revista-camoes/revista-no15-16-marques-de-pombal.html>>.

Carvalho, Frank V. *O Marquês de Pombal e sua influência sobre a Educação Brasileira no final do século XVIII*, 2011. [Consult. 20-08-2014]. Disponível na www: <URL: <http://frankvcarvalho.blogspot.com/2011/06/o-marques-de-pombal-e-sua-influencia.html>>.

Cruz, Duarte Ivo. *O Teatro no período de Pombal: doutrina, prática e ideologia.* [Consult. 06-06-2014]. Disponível na www: <URL: <http://www.instituto-camoes.pt/revista/revista15i.htm>>.

Infopédia: Enciclopédia e Dicionários Porto Editora. Porto: Porto Editora, 2003-2014. Disponível na www: <URL: <http://www.infopedia.pt/>>. (*Arcádia Lusitana.* [Consult. 14-

07-2014]; *Carlos Seixas*. [Consult. 27-05-2014]; *Colônia do Sacramento*. [Consult. 30-04-2014]; *Terramoto de 1755 e Reconstrução Pombalina*. [Consult. 15-05-2014].)

Marquês de Pombal - Era Pombalina. [Consult. 20-08-2014]. Disponível na www: <URL: <http://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/marques-de-pombal-era-pombalina>>.

Relação de Pombal com o Marquês depois da sua morte. [Consult. 06-06-2014]. Disponível na www: <URL: http://www.cm-pombal.pt/conhecer_pombal/about_pombal/historia_marques3.php>.